

# Diário do Legislativo de 25/03/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - RESOLUÇÃO

3 - ATAS

3.1 - 13ª Reunião Ordinária Interrompida - "Assembléia Pela Paz"

3.2 - 1ª Reunião Extraordinária

3.3 - 2ª Reunião Extraordinária

3.4 - 3ª Reunião Extraordinária

3.5 - Reunião de Comissão

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

## RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

### RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

\* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

\*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

\*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PFL)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PFL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

\* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

\* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PPB)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PPB)

\* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

\* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

\* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

\* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

\* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

\* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

\* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

\* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

\* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

\* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

\* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

\* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PFL)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

\* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PFL)

\* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

\* Padre João

José Alves Viana (PFL)

\* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PMDB)

\* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

\* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

\* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

\* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

\* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PFL)

\* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

\* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

\* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

\*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PFL)

\* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

\* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B)

\* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

\* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

\* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

\* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PTB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

\* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PPB)

\* Pinduca Ferreira

Rêmoló Aloise (PFL)

\* Rêmoló Aloise

Ricardo Duarte (PT)

\* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PFL)

\* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

\* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

\* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

\* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

\* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

\* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

\* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

\* Weliton Prado

Em 24/3/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

## RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.211, DE 24 DE MARÇO DE 2003

Dispõe sobre a elaboração do Plano de Carreiras dos Servidores do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - A Mesa da Assembléia apresentará, no prazo de cento e vinte dias contados da publicação desta resolução, projeto de resolução contendo o Plano de Carreiras dos Servidores do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia, nos termos do art. 66, I, "d", da Constituição do Estado, e do art. 79, VII, "e", da Resolução n.º 5.176, de 6 de novembro de 1997.

Art. 2º - O Plano de Carreiras a que se refere o art. 1º desta resolução será elaborado em conformidade com as seguintes diretrizes:

I - busca da profissionalização e da valorização do serviço público e do servidor público;

II - desenvolvimento do servidor na carreira com base na igualdade de oportunidade, no mérito funcional, na qualificação profissional, no esforço pessoal e na contribuição para o atendimento dos objetivos da instituição e do setor;

III - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;

IV - implantação de sistema do mérito objetivamente apurado para desenvolvimento na carreira, observadas as especificidades do cargo;

V - definição de remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho.

Art. 3º - Até que o Plano de Carreiras a que se refere o art. 1º desta resolução defina os novos mecanismos de desenvolvimento na carreira, não se aplica o disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução n.º 5.203, de 19 de março de 2002.

§ 1º - Caso o Plano de Carreiras a que se refere esta resolução não entre em vigor até o final do exercício de 2003, aplicar-se-á, a partir do início do exercício de 2004, o disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução n.º 5.203, de 19 de março de 2002.

§ 2º - Fica assegurada a concessão da promoção e da Gratificação de Incentivo ao Aperfeiçoamento Profissional - GIAF - obtidas em 1º de janeiro de 2003, referentes ao período aquisitivo encerrado em 31 de dezembro de 2002.

Art. 4º - O Plano de Carreiras dos Servidores do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia disporá sobre a relação entre os níveis remuneratórios mínimos e máximos, adequados à complexidade de cargos e funções e ao equilíbrio econômico-financeiro do Estado.

Art. 5º - Os servidores do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa serão ouvidos no processo de elaboração do anteprojeto do Plano de Carreiras a que se refere esta resolução.

Parágrafo único - A Mesa da Assembléia receberá propostas de servidores, individuais ou coletivas, e fará sua sistematização e análise, para eventual incorporação ao projeto de resolução.

Art. 6º - Participarão do processo de elaboração do anteprojeto de resolução a que se refere o art. 5º o representante dos servidores ativos do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa e o representante dos servidores inativos da Assembléia Legislativa.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de março de 2003.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

## ATAS

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/3/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Sebastião Navarro Vieira

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Apresentação musical - Minuto de silêncio - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Bispo Dom Décio Zandonade - Palavras do Deputado Antônio Genaro - Palavras do Bispo Ricardo Chambarelli Santos - Palavras do Sr. Tilden Santiago - Palavras do Vereador Betinho Duarte - Palavras do Sr. Rubens Abdul Al Saoud Schahim - Palavras do Sr. Carlos Calazans - Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis - Palavras do Embaixador Musa Amer Odhe - Palavras do Sr. Marco Régis

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Revmos. Srs. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar, representando D. Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, e Bispo Ricardo Chambarelli Santos, representante da Igreja Universal do Reino de Deus; e os Exmos. Srs. Deputado Antônio Genaro, Presidente do Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular em Minas Gerais; Musa Amer Odhe, Embaixador da Palestina; Tilden Santiago, ex-Deputado Federal; Betinho Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Rubens Abdul Al Saoud Schahim, Diretor da Federação de Entidades Árabe-Brasileiras; Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais; e Gilson Luiz Reis, Diretor da Executiva Nacional da CUT.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos as presenças da Sra. Maria Lúcia Scarpelli, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, e dos Srs. Ramon Fonseca, Presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, e Thiago Franco, Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Senhoras e senhores, destina-se esta parte da reunião à realização do ato "Assembléia pela Paz".

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, ouviremos parte da música "Sal da Terra", de autoria de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Minuto de Silêncio

O locutor - Convidamos os presentes a observar 1 minuto de silêncio pela paz no mundo.

- Faz-se 1 minuto de silêncio.

#### Palavras do Sr. Presidente

"Sei que a paz é mais difícil que a guerra". Essa frase tão oportuna, hoje, expressa o pensamento de alguém muito caro a nós, mineiros, especialmente a esta Casa legislativa, cujo plenário ostenta seu nome. Seu autor é o ex-Presidente e estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira. Durante sua vida e sua carreira política, em meio a momentos difíceis e conturbados, jamais renunciou à busca pelo diálogo e pelo entendimento, passando com frequência pela conciliação e pelo perdão. Mahatma Gandhi, outro líder incontestado do século XX, afirmou, demonstrando a mesma percepção: "Não existe um caminho para a paz; a paz é o caminho".

A situação do mundo, quando o caminho da paz parece ter sido perdido, coexiste com a ausência de líderes sábios e generosos como Gandhi ou Juscelino. Perdida a paz, triunfam o sectarismo, o radicalismo e a intolerância, três expressões do egoísmo que alarga o fosso entre os homens. A lição de duas guerras mundiais, que resultou na criação e no fortalecimento da ONU como o grande foro de debate e entendimento para sanar as desavenças e os conflitos de interesses entre os diversos países, parece ter sido rapidamente esquecida. Os líderes do século XXI mostram-se presas fáceis para o apelo da guerra.

Mas guerra não é o único antônimo para paz. A palavra também se opõe a toda violência e a toda opressão. Que este momento nos leve a uma reflexão. A guerra, fora de nossas fronteiras, não significa estarmos confortavelmente alheios às suas conseqüências. O cotidiano de cada um está exposto a esses parceiros cruéis dos conflitos, os especuladores de toda ordem, manipulando preços e necessidades, quando a economia do mundo acha-se cada vez mais imbricada. Que nosso dia-a-dia aprenda a resistir a todas as violências e que possamos, neste tempo de adversidades, reaprender o que valem os sentimentos da fraternidade, da lealdade e do respeito pelas diferenças. Muito obrigado.

#### Palavras do Bispo Décio Zandonade

Sr. Presidente, Srs. Deputados, componentes da Mesa, de modo particular os que estão à frente de profissões de fé ou de religiões no mundo inteiro, é um gesto bonito da Assembléia Legislativa fazer com que, mesmo que a guerra esteja havendo, se proclame a paz. O povo mineiro é construído na cultura da paz, do equilíbrio, da harmonia, da sensatez. Não devemos nos calar nesses momentos. Mesmo que as horas sejam muito duras, a voz de Minas terá que se fazer presente com aquela genialidade que faz parte da harmonia e da paz da cultura mineira. Todos devemos entender que este é um momento privilegiado da história.

Os grandes discutem os momentos adequados para haver variação na economia, o momento para bombardear um país. A beleza disso é que o povo se fortalece, proclamando a paz. Nos Estados Unidos, mais de 40% da população quer a paz. A maioria dos ingleses busca a paz. É preciso que o povo brasileiro entenda que o momento é propício para manifestações. Temos de nos conscientizar que a guerra representa uma excrescência, uma loucura de homens e mulheres dementes. É tão triste ver os poderes econômico, político e religioso caírem nessas artimanhas, deixando-se iludir por tudo o que é contrário à humanidade, à lei divina e ao coração que Deus nos deu, ao ensinamento de sermos imagem e semelhança de Deus. É preciso que, sobretudo, nós, religiosos, tenhamos a ousadia de dar exemplo e construir a paz. Às vezes, nós, cristãos, não nos entendemos. E essa é a hora bonita de entendermos a mensagem de nosso povo e carregarmos a mensagem de paz tão bonita: Cristo, Jesus, o Príncipe da Paz. Sejamos nós os primeiros a costurar lentamente, mesmo com sacrifício, o bonito tecido da harmonia da paz. É preciso darmos as mãos para que a beleza interior de nosso povo floresça e se traduza em "guerra, nunca mais", em "paz construída", ainda que com sacrifício. É hora de acordarmos, persistirmos no caminho da paz.

Como dizia nosso saudoso Papa João XXIII: "Paz é construída sobre quatro pilares: verdade, justiça, liberdade e amor". Se houver apenas mentira hedionda, a verdade excluída das relações públicas e políticas, a justiça cada vez mais longínqua das relações nacionais e internacionais, se milhares de pessoas forem espoliadas de tudo, a liberdade traduzir-se em poder do mais forte, hegemônico, sem construir o bem comum, se o amor for substituído pelo ódio e pela violência, se não colocarmos os quatro pilares fortemente assentados em nossa sociedade, o mundo, criação grandiosa, se destruirá. O homem, criatura privilegiada do Senhor, cavará sua destruição.

Tenho otimismo de que este País, onde a riqueza tende a se partilhar, terá um sentido maior de construir a paz.

Que Deus, nosso Pai e Senhor, Jesus Cristo, que deu sua vida pela paz, e a força animadora do Espírito Santo façam com que, em Minas Gerais, não desanimemos, um segundo sequer, de construir a paz! Que Maria, a Rainha da Paz, que reúne tudo o que há de mais belo do coração feminino de Deus, possa fazer com que todas as expressões bonitas, saídas do lado materno da humanidade, tenham a primazia, ao invés da força e da destruição. Que a paz reine no mundo, no Estado, na cidade e nas nossas famílias! Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Antônio Genaro

Quero saudar todas as autoridades eclesíásticas presentes e todos os representantes políticos. Sinto-me mais à vontade dispensando as formalidades.

Se tivesse o poder de parar essa guerra ou de evitá-la antes que começasse, fá-lo-ia, porque, com toda a certeza, no coração de cada um que aqui está, há o desejo e o respeito pela paz.

A autoridade católica que me antecedeu fez uma menção sobre as religiões, e foi muito bonito o fato de colocar-se como o principal a frase: "Começando por mim", conforme ele disse. Faço minhas as suas palavras, que, aliás, não são dele, mas do Apóstolo São Paulo, que disse ser ele o pior dos pecadores.

A guerra é uma insanidade, e misturarei um pouco do popular com o clássico: "De médico e louco, todo o mundo tem um pouco". Ela tem como base principal o poder. Jesus Cristo foi condenado por causa dele, já que abalou os alicerces do poder judaico, ameaçando até mesmo o império romano. A inveja do sumo sacerdote e dos representantes da sinagoga promoveu um movimento, inventando calúnias e pagando até mesmo 30 moedas de prata, para que um dos mais chegados de Jesus o traísse. Tudo aconteceu por causa do poder.

Eles não queriam um homem que pudesse competir com o Senado. Nem Jesus Cristo escapou de ser vítima do poder. A humanidade precisa aprender com Ele. Não se tome o que direi como uma acusação pessoal, mas como uma referência à raça humana. Alguém disse a Jesus: "Bom Mestre!". E ele respondeu: "Por que me chamas de bom? Bom é o meu pai". O próprio filho de Deus falava que, dos homens da Terra, não havia ninguém bom.

Elogio esse ato pela paz. Como disse a autoridade católica aqui representada, este é um momento lindo. Essa manifestação mundial talvez seja a mais bonita que já vi, porque, mesmo que não possamos impedir essa guerra, amanhã, quando alguém pretender invadir um país ou a nossa Amazônia, lembrará que o mundo inteiro já se levantou contra a guerra, e terá de pensar muitas vezes antes de agir.

Eu e o representante católico mencionamos a palavra loucura. A raça humana é composta por uma boa dose de loucura. O homem é corrupto. O Apóstolo São Paulo disse: "Miserável homem que sou. Quem me livrará o corpo dessa morte, pois o bem que prefiro não faço, mas o mal que não quero faço. Quando este corpo corruptível se revestir da incorruptibilidade, e quando este corpo mortal se revestir da imortalidade..." Ele, que era melhor do que todos nós, um dos mais excelentes servo de Deus, juntamente com Pedro, com João e com outros santos, falava isso. Tenho o maior respeito pelo Apóstolo São Paulo, que dizia que habitava um corpo corrupto. Hoje usamos essa palavra para adjetivar políticos desonestos, mas todos somos filhos da corrupção. Ninguém escapa desse germe, porque foi obtido no dia em que o homem desobedeceu a Deus no Paraíso. O homem foi amaldiçoado, e Jesus Cristo veio para pagar pelos nossos erros, resgatando aqueles que crêem. A paz começa com o temor a Deus, que é o princípio da sabedoria e o contrário da loucura desses dois doidos.

Tanto crítico o Presidente dos Estados Unidos quanto Sadam Hussein, que, em 1988, soltou pó venenoso no norte do Iraque. Em uma cidade curda morreram 5 mil pessoas de uma vez e mais alguns milhões de iraquianos sofrem conseqüências em seu corpo por causa disso.

Sejamos humildes! Preciso disso! Vós precisais disso! O inteligente arrogante representa um perigo muito grande. Aquele que quer obter o poder a qualquer custo, representa um perigo à raça humana. Todos nós - bem mencionou o representante católico, falando das religiões -, todas as religiões têm de fazer autocrítica, pois são culpadas pela morte, pelo assassinato de milhares e milhares de pessoas.

Brincava, há pouco, com o Deputado Miguel Martini: "Vamos à Irlanda, e enquanto dá umas cintadas naqueles católicos que brigam em nome



de Deus, dou umas bordoadas nos protestantes". Isso porque nenhuma religião, nenhum ser humano cristão ou muçulmano pode usar o nome de Deus para brigar. O Deus que conheço disse: "Deixo-vos a paz; a minha paz vos dou; não vô-la dou como o mundo a dá; a minha paz vos dou". Shalom!

Pensam que aqui conhecemos a paz? Não. A paz verdadeira é dada por Jesus Cristo. A paz que conhecemos é esta que vocês vêem. Se bobear, daqui a pouco saem no tapa, um contra o outro, por causa de ideologia, de ponto de vista. Se conhecermos a riqueza da língua hebraica, veremos que a palavra "shalom" não quer dizer "paz" como a que defendemos. A paz dada por Jesus Cristo é diferente de tudo o que estamos discutindo. Por isso, a palavra "shalom" significa segurança tranqüila. Quem pode dormir e sentir no coração segurança tranqüila?

As guerras aconteceram, estão acontecendo e acontecerão por causa da corrupção da raça humana. Reforço: não fui eu quem disse isso, foi Jesus Cristo; foi Paulo, o Santo Apóstolo de nosso Senhor Jesus Cristo. Que Deus nos abençoe e tenha de nós misericórdia! Que Deus nos permita caminhar defendendo a paz! Obrigado.

Palavras do Bispo Ricardo Chambarelli Santos

Gostaria de conclamar os ilustres Deputados desta Casa e toda sociedade para uma prece, uma oração a Deus em favor da paz, em nome do Senhor Jesus.

- Faz a oração.

Palavras do Sr. Tilden Santiago

Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, demais membros da Mesa, meus amigos e amigas conterrâneos de Minas Gerais. Em primeiro lugar quero agradecer a V. Exa e aos organizadores deste ato o convite para participar, não apenas como político, mas também como Embaixador, como Diplomata, de um ato de repúdio à guerra e busca da paz, na Casa do povo mineiro.

Pelo conhecimento que temos da história universal, não nos surpreende o absurdo que vivemos desde a última madrugada. Na primeira Guerra do Golfo, estava em questão, para o Estado norte-americano e para aqueles que com eles somam forças, o fim de um inimigo, a confirmação de que a União Soviética não mais contava. Foi na Guerra do Golfo que os Estados Unidos tiveram a certeza de que não havia mais o inimigo do tempo da Guerra Fria.

A queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética marcaram nova etapa na caminhada do capitalismo no mundo. Os Estados Unidos se sentiram donos do planeta a partir daquele momento. Esse sentimento foi crescendo cada vez mais. Por isso, o Presidente Lula tem toda razão quando diz que nenhum povo, nenhum governo pode se proclamar juiz e polícia do mundo. Felizmente temos um Presidente que não se limita nem se intimida com as imposições da idolatria do mercado do neoliberalismo, que coloca os Estados Unidos na situação que conhecemos. É verdade que o papel do Itamarati é anunciar que mantemos boas relações, mesmo porque dependemos delas. Era necessário, sim, que alguém dissesse publicamente que ninguém pode se arvorar em juiz e polícia do mundo. Hoje, Saddam Hussein; amanhã, Hugo Chaves; depois de amanhã, Lula. Serão convidados a deixar Caracas, Brasília e a sair do País.

Os Estados Unidos são capazes de varrer a população iraquiana de seu território. Devemos ter consciência disso. Depois de tudo o que foi vivido naquelas paragens pelo povo palestino, provocado pela ignomínia sionista, com o apadrinhamento dos Estados Unidos, a mesma ignomínia pode-se repetir na Mesopotâmia, no Iraque. As razões, todos sabemos. Há muita água naquela região. É por isso que se chama Mesopotâmia. Há também muito petróleo. O que se passa no Iraque é a seqüência de uma tomada de posição política e filosófica daquela que é hoje a única potência, sem ninguém para se contrapor a ela.

Quando terminou a guerra do Golfo, a grande questão geopolítica que se colocava para os Estados Unidos, que já entreviam que o perigo estava no islamismo e no pan-arabismo, era quem seria o próximo inimigo. Por isso, deveriam surgir cada vez mais homens e mulheres no ocidente cristão que olhassem com admiração para os povos islâmico e árabe. Podem estar certos de que a grandeza que contemplamos nos últimos anos na população palestina existirá no Iraque. Não pensem que os Estados Unidos varrerão aquele país com facilidade. Haverá resistência. É uma felicidade viver num mundo em que nem tudo é subserviência às imposições dos coronéis, dos generais, dos comandantes do neoliberalismo nesta atual fase do capitalismo mundial. É bom que haja um povo corajoso. É o momento de proclamar admiração pelo povo iraquiano, pois quem são os Estados Unidos, que moral têm para corrigir os tipos de armas existentes no Iraque? Repetirei, na Casa do povo mineiro, o que ouvi de Saddam Hussein: "Deus é grande. Viva o Iraque. Viva o povo árabe. Viva o povo palestino."

É o momento de solidariedade total àquele povo, até mesmo para nos redimir de pecados históricos cometidos pelo ocidente cristão. Aliás, é muito curioso que justamente a Inglaterra esteja fomentando e dando maior força ideológica e teórica às investidas norte-americanas. É a grande responsável pelas crueldades do colonialismo geográfico e político dos séculos passados. Também apadrinhou a ignomínia contra o povo palestino no Oriente Médio. É curioso que a Inglaterra esteja exercendo papel de destaque nessa ofensiva ao Iraque.

É bom que nós, filhos do ocidente cristão, católicos ou evangélicos, saibamos que as comunidades judaicas e islâmicas viveram durante séculos uma ao lado da outra no Norte da África e no Oriente Médio. Foi preciso que o ocidente colocasse seu dedo lá dentro para acirrar e provocar a situação atual.

Companheiros e companheiras, quero transmitir-lhes as experiências que adquiri durante os três anos que passei no Oriente Médio, convivendo com jordanianos, palestinos e israelenses. Várias vezes pude sentir ansiedade, angústia por estar debaixo de bombardeios. Quando os "mirages" passam bombardeando, as pessoas, que não estão esperando os ataques, têm de correr para salvar suas vidas. Agora, com milhares de bombas que estão sendo e serão jogados contra o Iraque, podemos imaginar a tristeza e a angústia no coração daquele povo.

A melhor contribuição que podemos dar é tentar sermos construtores da paz. Isso significa olhar e tomar uma posição em face dos acontecimentos no Iraque. Mas o verdadeiro construtor da paz é aquele que encara essa missão como tarefa também na vida espiritual e nos relacionamentos. Não basta construir a paz apenas no plano político. Esperamos que essa guerra tenha como missão fazer-nos mudar os caminhos. Os filósofos gregos diziam que o homem é um animal político. Quem sabe não seria importante descobrirmos, no fundo de cada homem e mulher, um animal diplomático, já que o político é muito voltado para os conflitos, divisões e diferenças, enquanto a diplomacia exige que caminhemos mais na direção da convergência, do acordo e do entendimento?

Vivemos num mundo muito marcado por tudo o que é diabólico, em detrimento do que é simbólico. Vivemos num mundo altamente dividido e muito pouco unificado. Por isso, termino minhas palavras com uma oração de paz, como fez o nosso co-irmão Bispo. Trata-se da Oração de São Francisco de Assis, que, na verdade, não é dele. Surgiu em 1913, época em que São Francisco já havia passado pela Terra há muitos anos. De qualquer forma, reflete o espírito franciscano. Além disso, São Francisco não se resume a determinada religião, mas é um santo universal. "Senhor, fazei-me instrumento de Vossa paz. Onde houver ódio" - não apenas ódio, mas indiferença e frieza -, "que eu leve o amor. Onde houver ofensa, que eu leve o perdão. Onde houver discórdia, que eu leve a união. Onde houver dúvida, que eu leve a fé."

Onde houver erro, que eu leve a verdade" - aliás, onde houver erro, que eu leve a busca da verdade, porque ninguém é senhor da verdade, juiz ou polícia do mundo. "Onde houver desespero, que eu leve a esperança. Onde houver tristeza, que eu leve a alegria. Onde houver trevas, que eu leve a luz".

O ódio, a ofensa, a discórdia, a dúvida, o erro, a tristeza e as trevas fazem parte do diabólico. Tudo o que é contrário a essas negatividades referem-se ao simbólico. Precisamos, pois, ser os construtores desse simbólico no mundo. Viva o Iraque! Deus é grande! Viva o povo palestino! Viva os construtores da paz!

#### Palavras do Vereador Betinho Duarte

Boa-tarde a todos. Parabenizo a Assembléia Legislativa por este ato. Alguns, Deputada Jô Moraes, podem pensar que somos poucos. Fizemos um minuto de silêncio. Se aqui há 120 pessoas, fizemos 120 minutos de silêncio, ou seja, duas horas a favor da paz. Se 60 milhões de pessoas estivessem fazendo um minuto de silêncio, seria equivalente a mais de quatro mil dias, que, divididos, seriam 12 anos de minutos de silêncio pela paz. Seria mais tempo que a duração de qualquer guerra que houve no mundo. Um minuto de silêncio pode significar 12 anos de paz, isso é incrível. Ontem fizemos um acordo na Câmara para que a reunião ordinária fosse suspensa e nós a fizéssemos aqui na Assembléia. Infelizmente, somente a Sra. Maria Lúcia Scarpelli compareceu. E, como Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, estou decretando luto oficial e colocarei uma bandeira negra no mastro da Câmara como protesto pelos milhares de crianças, mulheres e inocentes que os Estados Unidos estão matando neste momento. Lembro-me, perfeitamente, do "luto na saluta", em 1967. Estamos de luto, porém, na luta do dia-a-dia. Considero o Presidente George Bush, além de um idiota, um texano que está querendo transformar o mundo em um faroeste, que já acabou há 50 anos. O faroeste é da época em que assistíamos a filmes da cavalaria americana. O mundo hoje quer a paz, a concórdia, a igualdade; quer acabar com a fome e a miséria. E esse dinheiro que está sendo gasto na guerra poderia acabar com a fome no mundo e no Brasil. Mas o Presidente George Bush preferiu a guerra porque está interessado nos dólares, no petróleo e no comércio das armas. Não podemos concordar com isso.

Estou lendo uma frase: "Srs. Deputados, destruíram o meu comércio, a minha dignidade e o meu trabalho." É uma referência à retirada do carrinho que vendia côco aqui na porta. Faço uma sugestão aos Deputados e aos funcionários desta Assembléia - assumo também esse compromisso, como Presidente da Câmara - de nos empenharmos para trazer o carrinho de volta e para boicotar os produtos americanos - principalmente os que são vendidos próximos daqui. Não comprem esses produtos até que a guerra termine. É preferível, Adelmo, tomar água de côco a comer um sanduíche que não vale nada, só traz problemas para o colesterol e outras coisas - como médico, você sabe.

Portanto, convoco não só os Deputados, mas também os funcionários desta Casa, que voltem a tomar água de côco. Chega de hambúrguer! Porque o americano é assim: na hora que dói no bolso, que não entra o dólar, se apavora. Já estive nos Estados Unidos e sei. Enquanto estava com dólar no bolso, era bem tratado, mas, quando o dinheiro acabou, já não era considerado cidadão. As autoridades americanas tratam todos os povos desse jeito.

As minhas palavras podem parecer ofensivas ao chamar Bush de idiota, texano, rei do faroeste, mas lerei um capítulo da Bíblia, livro máximo. Espero que essas palavras fiquem para sempre em nossos corações: as bem-aventuranças.

"Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados. Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, porque eles verão a Deus. Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os pacificadores..."porque a paz prevalecerá no mundo. A paz é o que queremos para todos. Viva a paz! Fora Bush e todos aqueles que, na verdade, querem destruí-la. Somos a favor da vida, que vale mais do que qualquer coisa. Viva a vida! Abaixo a guerra! Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Rubens Abdul Al Saoud Schahim

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, demais Deputados, autoridades, senhoras e senhores, é com muito prazer que estou nesta Casa em nome da paz. Falo pela paz, batalho pela paz. Ao convidar um amigo para estar aqui comigo, este me disse: "não acredito na paz; sem justiça não há paz". Retruquei dizendo: "como você quer justiça permanecendo dentro da sua casa? Assentado, olhando a televisão não se faz justiça, não se tem paz". Saímos às ruas e gritamos pela paz. Tenho certeza de que, fazendo dessa forma, alcançaremos a paz almejada. Vamos nos unir para obtermos a paz - a paz mundial. Essa é a paz que almejamos, com que sonhamos e que um dia se tornará realidade. Abaixo as ditaduras, abaixo os imperialismos, abaixo tudo o que for errado! Peço que façam como nós: lutem pela paz. Saiam às ruas e peçam por paz. Não preciso dizer mais nada, uma vez que todos os nossos amigos falaram tudo por nós. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Carlos Calazans

Cumprimento o Sr. Presidente Mauri Torres e a Mesa. Recebemos hoje o nosso querido amigo Embaixador Musa Amer Odhe, tão importante para todos nós e a humanidade, e que tantas vezes esteve nesta Casa para trazer a palavra do povo palestino. Vim com o presente dado por ele dias atrás, ao visitar a nossa cidade. Agradeço o presente que tanto honra os que lutam pela liberdade.

Como representante do Governo Federal, e Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, também quero falar que o nosso Presidente emitiu um comunicado e conversou com as principais autoridades do mundo e com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, externando a posição do Brasil para a comunidade internacional. Essa talvez seja uma das poucas vezes, nos últimos anos, em que a representação brasileira, com a importância que tem o Brasil no mundo, deixa de forma clara e firme a posição do País. Estamos ao lado da construção dos organismos internacionais.

Não acreditamos nos senhores da guerra, na unilateralidade de uma nação que avoca a si o direito de dominar outras nações, culturas e povos. Acreditamos na diplomacia e no debate permanente. É essa a posição do Brasil, do Governo brasileiro e do nosso Presidente. Quando a diplomacia brasileira deixa clara essa posição, e o nosso Presidente dialoga com todos os líderes nacionais que apostaram e continuam apostando nessa via, é porque o País acredita e luta por isso. Vários líderes mundiais não estão discutindo sobre o começo da guerra. A humanidade e vários atos acontecidos em boa parte do planeta pedem o imediato cessar-fogo por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, dessas nações bélicas que acreditaram que o poder das armas pode silenciar o poder da diplomacia, da compreensão e da busca da construção de um mundo melhor.

Há muitos anos, um ator de cinema, homem maravilhoso, ao final de um grande filme fez um discurso que serviu, durante muitos anos, de sinal da busca de uma humanidade melhor. Ao final do filme "O Grande Ditador", Charles Chaplin dizia para os soldados: "Soldados, deixem suas armas, façam da vida uma extraordinária aventura da felicidade e da justiça. Soldados, deixem a indústria da morte, da destruição. Apostem na vida, voltem para suas casas, beijem suas mulheres, abracem seus filhos, construam uma humanidade melhor. Soldados, é possível revigorar o mundo, que será melhor para todos, com a ciência e a tecnologia a serviço do bem da humanidade". Como seria importante que todos os soldados do mundo ouvissem esse discurso!

Todos fomos dormir ontem com sensação de impotência, assistindo aos bombardeios americanos, à poderosa indústria da arma, da guerra, da morte a serviço da destruição. Todos nós, que sonhamos e acreditamos em um mundo melhor, fomos dormir, ou tentamos, vendo se repetir, em março de 2003, as mesmas coisas que já aconteceram na história da humanidade. Foi ou não isso o que aconteceu com a civilização Inca, com os Maias, com os índios brasileiros? Foi ou não o que aconteceu com populações em séculos e séculos da história da humanidade, quando o mais forte, aquele que detém uma tecnologia maior - no passado, foi a pólvora, hoje são os mísseis e porta-aviões -, avoca a si o direito de falar: "Ele tem alguma coisa e eu não, mas tenho o poder e vou lá tirar seu ouro, seu cobre, seu minério, seu petróleo". No futuro será a água, as florestas. Até onde vai isso? Quando tivemos paz? Quando o Império Romano, o Império Inglês, as embarcações portuguesas e espanholas deram paz aos povos negros da África que foram escravizados? Nunca. Houve a destruição de uma cultura fantástica, a cultura Inca, em nosso continente.

Depois que a tecnologia permitiu ao mundo tanta cultura, que a comunicação aproximou os homens, colocando Paris frente a Moscou, Moscou frente a Belo Horizonte, em poucos segundos; depois de tudo o que esperávamos que a humanidade tivesse aprendido com seus erros, massacres e destruições, o Presidente Bush, antes de anunciar a guerra, penteava-se para anunciar que os Estados Unidos estavam bombardeando Bagdá, tomando as rédeas do mundo, como se fosse notícia comum.

Depois de séculos, deparamo-nos com uma cena de tamanha brutalidade, em vez de compartilhar o que a humanidade produziu. Por que não se atribui o mesmo rigor às resoluções palestinas de 50 anos, não cumpridas? Quantas resoluções foram feitas para que o território palestino fosse deixado em paz? Não se respeitou nenhuma, e os bombardeios contra os palestinos ainda continuam. Devido ao interesse do Império? É lamentável assistir à humanidade massacrar tantos povos ao longo da História. Em contrapartida, as ruas de Bagdá, São Paulo, Belo Horizonte, Paris, Madri e Moscou são tomadas por pessoas que acreditam num novo mundo, em outros valores, não na morte e na destruição. Acreditam que o bem acumulado durante séculos possa ser repartido. Torna-se muito gratificante termos um Presidente que não receia dizer "não" à guerra e à unilateralidade. Nossa nação construiu democracia e valorização da vida, que devem ser difundidas. Tomara que a humanidade reflita sobre seus erros, e que isso possa repercutir na autodeterminação dos povos, na alegria das crianças nas ruas, na segurança dos idosos, tornando o mundo mais seguro, humano e com mais paz.

#### Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Sr. Embaixador da Palestina; demais membros da Mesa; companheiros e companheiras do Plenário; irei dividir minha intervenção em três partes.

A primeira refere-se a uma experiência vivida por mim e alguns companheiros brasileiros, há dez dias, em Bagdá, onde conseguimos chegar depois de uma longa viagem pelo deserto. Assim, pudemos compreender a verdade, diferente das informações, na maioria das vezes, distorcidas que nos chegam pelas vias oficiais da comunicação internacional - a BBC de Londres e a CNN.

Tivemos a oportunidade de ver uma Bagdá completamente diferente da que nos chega por meio da Rede Globo e das outras redes de televisão. É uma cidade que vive, e onde as crianças estudam e os trabalhadores trabalham. É uma cidade com quase 5 milhões de habitantes, prédios modernos e teatros. Seu povo é feliz e está tentando reconstruir sua nação, ao contrário do que nós, no Ocidente, imaginamos, já que, muitas vezes, pensamos que ali vivem pessoas bárbaras, que querem a guerra e a destruição. Com o nosso contato, pudemos perceber que as pessoas ali buscam a paz, como alternativa para a humanidade.

Lá, compreendemos o que é a barbárie da guerra. Visitamos hospitais onde se encontram milhares de crianças deformadas por causa das bombas da guerra de 1991. Um milhão e 800 mil pessoas morreram, nos últimos oito anos, em função de câncer e outras doenças provocadas pela radiação de bombas jogadas pelo governo americano. Há naquela cidade algo extremamente triste: um local onde havia um abrigo para proteção de mulheres e crianças e que foi atingido por uma bomba do governo americano com uma carga de 500º C, provocando a morte de todos.

Vejo aqui o Khaled, meu companheiro árabe. Hoje, quando cheguei em casa, Khaled, estava pensando naquelas crianças que gritavam "Brasil", "paz". Reafirmo que a informação que nos chega é muito diferente da experiência que vivemos nos cinco dias que ali estivemos.

A minha segunda questão, companheiros da Mesa e população de Minas Gerais, é a seguinte: essa não é uma guerra, mas uma invasão de um país por outro. Os Estados Unidos descumprem dois fundamentos legítimos do direito internacional. Em primeiro lugar, nenhum país tem o direito de interferir em problemas internos de qualquer outro, independentemente da situação. Eles estão invadindo um país que pode ter lá seus problemas, mas cujo povo tem o direito de resolver por si. Em segundo lugar, deveria haver uma autorização da ONU, o que não aconteceu.

Portanto, não há uma guerra, mas uma invasão de uma nação imperialista poderosa, que vive de guerra. É a guerra da Coréia, do Vietnã, do Camboja. É a guerra, é a guerra, é a guerra. É um povo que só vive de guerra porque tem como meta acumular riquezas, cada vez mais. O capitalismo dessa nação comanda o internacional.

O que mais me indigna é saber que, anteontem, nesse mercado que comanda o mundo, o preço do petróleo caiu 9%, enquanto as bolsas subiram e os custos dos países de risco caíram.

Esse é o capitalismo falido que vive de sangue. Temos de derrotar essa alternativa, porque não leva o mundo a uma situação de paz, mas de violência, guerra, destruição e morte. Nos últimos dias, percebemos que os Estados Unidos estão passando por profunda crise, que já dura três anos. Nesta semana, a imprensa internacional divulgou todos os seus indicadores econômicos em baixa. Precisam resolver esse problema interno e controlar o petróleo internacional.

Não se trata apenas de um problema localizado no Iraque, mas de invasão patrocinada por um país que se arvora em ser dono do mundo. Como já foi dito por vários companheiros, hoje estão atacando o Iraque, mas, há três meses, tentavam aplicar um golpe contra a Venezuela, financiando centrais sindicais daquele país para sabotarem um Governo legitimamente democrático. Amanhã poderão atacar o Brasil ou a Colômbia, tentando destruir e ocupar a Amazônia.

Não consegui dormir esta noite. Milhares de estudantes foram as ruas para protestar contra essa invasão norte-americana, mas isso não é suficiente. Para as 14 horas, estava programado o maior ataque dessa primeira fase da guerra. Ainda não tivemos notícias. A proposta desse insano Governo Bush é jogar milhares de bombas sobre Bagdá, para matar homens, mulheres, jovens e crianças. A esta hora devem estar sendo mortas milhares de pessoas. Convoco a população do nosso Estado para programarmos uma vigília, uma manifestação e um protesto, exigindo que esse Estado americano, belicista e assassino, pare de atacar a humanidade e comece a discutir a democracia. Bagdá é a cidade das mil e uma noites, da história e da conversa. Neste momento, devemos buscar a mobilização, não somente pacifista, mas de ação e de indignação contra essa atitude norte-americana.

Em nome da CUT, amanhã, paralisaremos o metrô de São Paulo, várias refinarias da PETROBRÁS e escolas. Na Itália e na Grécia, clamam por greve geral. No Brasil, precisamos convocar os trabalhadores para uma greve pela paz e pela reconstrução da humanidade em outros

patamares. Estamos convocados a assumir esse desafio de construir a paz e acabar com as invasões desse insano Governo Bush. Vamos organizar o povo para a luta, a fim de combatermos esse império que trucidou a humanidade e promove a discórdia. Força. Luta. Vamos construir essa unidade. Obrigado.

#### Palavras do Embaixador Musa Amer Odhe

Sr. Presidente, Sr. Betinho Duarte, senhoras e senhores, amigos, companheiros da Mesa, desculpem-me, não posso continuar falando em português. É com grande honra que me expressarei em árabe, cuja tradução será feita pela Sra. Najwa Safar Seif.

Inicialmente, agradeço-lhes esta iniciativa pela paz. Neste momento de perigo por que passa não só o povo do Iraque com o risco de invasão, mas o futuro do mundo e da humanidade, vemos uma nação usar o poder de força sobre o mundo inteiro. Quem mais desrespeitou as resoluções da ONU, os Estados Unidos, está começando um trabalho que trará muito prejuízo ao mundo inteiro. Seu Governo não pode mais enganar o mundo, dizendo que procuram armas de destruição. Se os Estados Unidos têm certeza de que existem essas armas, não precisam invadir o Iraque.

Os Estados Unidos, país que protege a invasão e todos os que não respeitam as Nações Unidas, alegaram ao mundo que o Iraque não está respeitando as resoluções da ONU. E ainda fala que está protegendo a democracia no mundo. No entanto, todos os ditadores do mundo já foram protegidos pelos Estados Unidos. Quem era responsável pela revolução contra o Presidente eleito pelo povo do Chile? Quem estava apoiando Batista em Cuba? Quem protegia Somoza na Nicarágua? Quem protegia Marcos nas Filipinas? Quem protegia os regimes militares em todos os continentes e países do mundo? O Governo americano, meus amigos. Ele não está preocupado com a democracia, como está dizendo.

Quando a democracia serve aos Estados Unidos, eles ficam a favor dela; quando ela é contra, eles são contra, com certeza. Democracia que vem por meio dos tanques e mísseis americanos.

A democracia é sempre um trabalho contínuo, cultural e popular. Vocês são um exemplo de democracia no Brasil, a qual não veio por tanques. Conseguiram-na com trabalho, sangue e suor. Por meio dela, levaram ao poder o Presidente de um País que é a 8ª economia do mundo.

Não confiamos nas conversas dos Estados Unidos de que querem levar a democracia para o mundo. Estão apoiando os ditadores do mundo árabe, do Oriente Médio. Dizem que estão procurando os mísseis, a arma de destruição, mas os representantes da ONU já foram ao Iraque e, até agora, nada encontraram nesse país. Nada comprova que exista esse tipo de arma no Iraque.

O Presidente George Bush tomou a decisão de invadir o Iraque. Ele, que é um membro ativo das Nações Unidas, está traindo as leis das Nações Unidas. Existe em muitos países esse tipo de arma. Estão, inclusive, confessando isso. Por que os Estados Unidos não fizeram nada contra esses países?

O ex-Presidente Jimmy Carter falou, na semana passada, que o Iraque não representa nenhum tipo de perigo, nem para os países vizinhos nem para os Estados Unidos. O Presidente Jacques Chirac, assim como muitos líderes mundiais, falou a mesma coisa.

Há solução pacífica para esse problema, mas esse não é o interesse do Presidente George Bush. Se ele está procurando esse tipo de armamento, vá a Israel. Lá há todos os tipos de armas. Esse país está ameaçando todos os vizinhos. Além disso, está ocupando terras de três povos naquela região: os povos palestino, sírio e libanês. Os Estados Unidos buscam o respeito das Nações Unidas, mas nunca respeitaram Israel em sua história. Na verdade, não invadiram Israel. Nunca entraram em guerra contra Israel. Estão protegendo-o por todas as maneiras diplomáticas e militares e por todas as outras.

Ontem, os Estados Unidos deram US\$10.000.000,00 para Israel como presente pela ocupação promovida por esse país no Oriente Médio. Meus amigos, falarei por que os Estados Unidos estão tentando invadir o Iraque. O primeiro motivo é que o Iraque tem uma história de civilização antiga. Tem número de habitantes muito significativo, se comparado com o dos países do Oriente Médio. Tem terras férteis conhecidas na história do mundo. Vive em cima de uma lagoa de petróleo. Sua extração de petróleo é a mais barata do mundo.

As reservas de petróleo dos Estados Unidos acabarão daqui a dez anos. O Iraque tem 74 campos de reservas de petróleo. Quinze desses reservatórios têm mais petróleo que vários países, como Estados Unidos, Canadá, México, Nova Zelândia, Austrália e a Ásia inteira. Em 15, há 116 bilhões de barris de petróleo. Isso significa que o Iraque tem as maiores reservas de petróleo do mundo.

O imperialismo dos Estados Unidos está olhando para o futuro, está tentando conseguir o poder sobre a economia do mundo. E na frente estão os países industriais, que um dia precisarão da energia do petróleo. Depois que invadiram o Afeganistão, os Estados Unidos estão controlando o petróleo na Ásia, além de estar nas fronteiras da Rússia, China e Índia. Agora, os norte-americanos estão chegando ao Oriente Médio, onde estão 2/3 das reservas mundiais de petróleo.

Ontem, Colin Powell disse que os Estados Unidos querem mudar o mapa político do Oriente Médio, a fim de atender às próprias necessidades. Com isso, chegamos num ponto em que George Bush não está defendendo a democracia e os direitos humanos. Apesar de dizer que é contra, o Presidente norte-americano é o criador do terrorismo mundial. Meus irmãos, no Oriente Médio, somos as vítimas desse terrorismo mundial e do terrorismo do Estado de Israel, que é mais cruel contra o povo palestino. Somos contra qualquer tipo de terrorismo. Estamos prontos para combatê-lo onde estiver.

O que é terrorismo? O que está acontecendo no Iraque é o terrorismo de um país contra aquele povo. O que Israel comete dia e noite contra o povo palestino também é terrorismo, que temos de combater. Estão dominando a mídia mundial, tentando mostrar que o povo palestino é terrorista. Como podemos aceitar que o povo palestino, obrigado a abandonar suas terras e ficar sob o domínio da força militar de Israel, seja terrorista? Não. Aquele povo é vítima do terrorismo praticado por Israel.

Há três dias, uma mulher americana que combate o terrorismo foi vítima da crueldade de Israel na Faixa de Gaza. Havia ido para a Palestina apoiar o povo contra a derrubada de suas casas.

Há terrorismo maior do que matar 1.800 crianças iraquianas? Morreram por causa do boicote dos Estados Unidos, que dura 12 anos.

Vivemos momento especial. Precisamos proteger o futuro da humanidade. Não podemos aceitar, depois do dia de hoje, o poder norte-americano, que quer governar todo o mundo. Eles têm interesses e também os temos, assim como vocês têm interesses no mundo.

Há uma reforma nas Nações Unidas, objetivando defender os interesses de todos os seus membros. Por que o Brasil não se torna membro permanente do Conselho de Segurança da ONU? Isso protegeria os países fracos. Precisamos levantar nossa voz para que essa reforma

aconteça, de forma a promover a paz e a segurança mundiais. Vamos chamar o Presidente Lula para convocar reunião urgente das Nações Unidas, conclamando todos os Presidentes para proteger o povo iraquiano.

Não podemos nos entregar aos Estados Unidos. Precisamos proteger nossos direitos e nosso futuro. Quero sair desta Casa e chamar o Presidente Lula, para que convoque essa reunião com vistas a proteger esse povo sofrido.

Mandaremos também mensagem de agradecimento ao Papa João Paulo II. O que está fazendo é muito importante. Seu apoio é fundamental para acabarmos com a guerra e alcançarmos a paz.

Vamos começar a construir um mundo sem destruição, sem guerras, com paz e colocar a base para um mundo com justiça. Não podemos nos esquecer, durante essa guerra injusta, do povo palestino, que sofre todos os tipos de injustiça sob o Governo de Ariel Sharon, que planeja mais um projeto contra o povo. A palavra e o apoio de vocês são muito importantes para o povo palestino, que vive sob o jugo do Governo de Ariel Sharon, amigo de George Bush. A solidariedade com o povo iraquiano é ação muito nobre, pois não há nada mais forte que a força do povo. Vamos mostrar nossa vontade e força. Fazemos parte do mundo inteiro que saiu às ruas pela paz, em Barcelona, Paris, Roma e Londres. Agora, que nos manifestamos a favor da paz, fazemos parte de um movimento muito grande contra a guerra. Somos os guardas dos princípios nobres de todas as resoluções da ONU e do mundo. George Bush é contra a ONU e a vontade do mundo inteiro. Agradeço muito, meus amigos. Um grande trabalho está nos esperando. Temos uma força muito grande, e podemos parar essa cegueira que está destruindo a civilização mundial. Somos mensageiros do amor e da paz. Jesus Cristo propagou essa mensagem em nossa terra, há 2 mil anos, e continuamos a propagá-la.

Queremos proteger e propagar mensagens nobres: paz, justiça e amor. Esse é o objetivo pelo qual lutamos; por isso, precisamos de sua ajuda. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Esta Presidência agradece a participação do Embaixador neste Ato pela Paz promovido por esta Assembléia. Com a palavra, o ex-Deputado Marco Régis.

#### Palavras do Sr. Marco Régis

O Sr. Marco Régis - Sr. Presidente, Embaixador Musa Amer, Vereador Betinho Duarte, Bispo Ricardo Chambarelli, Carlos Calazans, Gilson Reis, Rubens Abdur, Deputados, imprensa, especialmente a TV Assembléia, tradutora Najwa, senhoras e senhores, paradoxalmente, sinto-me entristecido e embevecido por ocupar esta tribuna como ex-membro desta Casa - Deputado que, durante oito anos ou até antes disso, como Prefeito, tentou fazer da política um artesanato. Infelizmente, fazer esse tipo de política é difícil, e os meus praticamente 18 mil votos me alijaram do convívio dos novos companheiros e do corpo de funcionários desta egrégia Assembléia Legislativa.

Estou entristecido e confesso para todos que, desde a perda da eleição e durante a transição para a nova legislatura, suportei estoicamente a nuance da derrota, porque democracia é alternância de poder e substituição de personalidades.

Hoje, estava deprimido em minha casa, porque passei a noite acompanhando o noticiário das diversas redes de televisão nacionais e internacionais e, pela manhã, revi uma caixa de fotografias da Assembléia.

Eis que, às 13h30min, recebi telefonema do gabinete do ilustre e nobre Deputado Rogério Correia, convidando-me para participar desta reunião. Da depressão, da tristeza pelos acontecimentos, surgiu um lado de embevecimento e de vaidade de minha parte por ter sido lembrado. Agradeço ao Deputado Mauri Torres, proficiente Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pela lembrança do meu nome para estar nesta Casa, nesta solenidade pela paz e contra a guerra no Iraque e todas as guerras. E ainda ao meu querido amigo e ex-companheiro da CPI do Narcotráfico, Deputado Rogério Correia. Isso me trouxe um lado positivo. Estava deprimido não pela derrota, mas pela falta de oportunidade para usar minha voz, como usei nesta Casa ininterruptamente durante oito anos, em dois mandatos consecutivos, uma voz quase como um samba de uma nota só, anti-americano, veemente, contundente. Poderia dizer que essa lembrança do Deputado, com a anuência do Presidente desta Casa, de me ceder este espaço é para mim uma satisfação, maior ainda por ser lembrado como um Deputado que construiu a sua vida política não só artesanalmente, mas também pela contundência e transparência do comportamento nesta Casa. Nunca peguei numa arma nem tive uma briga de rua em minha vida. Nunca levantei a mão para dar tapa em uma pessoa.

Quando aqui cheguei, fui festejado não só por alguns companheiros como por membros da imprensa, dos jornais "O Tempo", "Hoje em Dia" e "Estado de Minas" e da TV Assembléia. Disseram: esta reunião sem a sua presença seria uma falta para com a sua pessoa, pois ela tem a cara daquilo que V. Exa. defendeu nesta Casa durante oito anos de mandato.

Isso me tirou da depressão. Fico feliz pela lembrança de que a minha trajetória possa ter sido marcada aqui pela posição firme. Eu, que nunca levantei a mão para dar um tapa em uma pessoa nem pus uma arma na mão nem por brincadeira, tenho uma trajetória às vezes interpretada como de homem violento. Certa feita, fui tachado por uma leitora do jornal "Estado de Minas" como a escória da sociedade de uma cidade perdida em algum canto de Minas Gerais. Que maldade com a minha cidade: a pequena Muzambinho! Cidade de 20 mil habitantes, berço da educação do Sul de Minas e de Minas Gerais, onde aprendi com os meus mestres até protestar contra a conquista do México por Cortés; a dos incas por Pizarro e, hoje, a do mundo pelos Estados Unidos da América. A Espanha que se aliou aos EUA é a mesma que destruiu as civilizações inca e asteca. O próprio Primeiro-Ministro José Barroso, de Portugal, que veio tirar uma fotografia na última hora, oportunista e ridícula, ao lado dos três senhores da guerra - Espanha, Inglaterra e EUA -, também teve na colonização portuguesa os seus pecados na destruição dos povos indígenas do nosso País.

O que eu diria segundo a visão de mim como homem violento, a partir de meus discursos na Assembléia?

Criei aqui expressões que estão contidas nos anais da Assembléia Legislativa, como "condomínio global antiamericano", como "império do mal", referindo-me aos Estados Unidos antes de chamarem Iraque, Coréia e Irã de "eixo do mal". Tive a coragem de dizer aqui, em 1999, dois anos antes dos atentados terroristas de 11 de setembro, que Saddam Hussein e Osama Bin Laden eram heróis. Bin Laden só ficou tão conhecido depois do 11 de setembro.

Por que defendia Bin Laden e Saddam Hussein? Não porque compactue com a ditadura, mas porque tinha que elogiá-los, defendê-los e exaltá-los por serem duas das poucas vozes ativas contra o império anglo-americano que se instala neste pós-guerra desde 1945.

Dizia eu, e muitos oradores que nos antecederam disseram a mesma coisa: que Bin Laden é cria dos Estados Unidos na época da invasão soviética no Afeganistão. Saddam Hussein também é cria dos Estados Unidos no preparo de armas de destruição em massa, patrocinadas pelos Estados Unidos para a guerra contra o Irã, seu inimigo desde a revolução dos aiatolás. Na verdade, todos esses homens que eram amigos dos Estados Unidos se tornaram, de uma hora para outra, inimigos. Simbolizam, hoje, a luta da população mundial, que quase sempre é acomodada, amesquinhada, amalgamada aos interesses econômicos, aos interesses pessoais e nacionais. Essas personalidades têm a coragem de se rebelar contra os Estados Unidos.

Com o tempo livre que me tem restado, achei nos meus guardados, em minha casa, exemplares dos jornais "Estado de Minas" e "O Tempo", do dia 12/9/2001, onde eu dizia: Por que teria piedade de um país pelos ataques de 11 de setembro, tratando-se de um país que sempre foi impiedoso para com os outros? O "Estado de Minas" dizia: "Deputado defende atentados de 11 de setembro". Não sou belicoso, sanguinário. Sou um pacifista, até porque minha profissão, a medicina, exige que exalte e eleve a vida como compromisso principal. Quando exaltamos figuras odiosas como Saddam Hussein, ditador em seu país e praticante de atrocidades; como Osama Bin Laden, com sua rede Al Qaeda, os exaltamos porque o mundo está carente de oposição desde que foi extinta a União Soviética e acabou a bipolaridade. A hegemonia dos Estados Unidos nos leva a situações como esta.

Quando Prefeito de Muzambinho, quando da primeira invasão do Golfo Pérsico, em 1991, tive a oportunidade de estampar num trio elétrico, numa grande carreta da Prefeitura, simbologia que expressava a opinião do Prefeito. Pedi que se pintasse um demônio com chifres e rabo bem longos, para que o povo entendesse que era o diabo, com uma camiseta de basquete em que estava escrito USA, para que ficasse bem simbolizado que eram os Estados Unidos. Esse trio elétrico desfilou por várias cidades da minha região, levando música de carnaval, e era, já naquela época, o meu protesto contra a dominação dos Estados Unidos, dominação esta que foi o símbolo da minha campanha.

Quando falava meu nome e número na campanha eleitoral, quatro palavras eram a mensagem contra a dominação dos Estados Unidos.

Resta-me apenas agradecer a oportunidade de demonstrar que, durante oito anos, preguei o sentimento contra a dominação dos Estados Unidos. Sou a favor da paz, mas não vejo como conquistá-la acenando lenços e vestindo camisetas brancas. Precisamos de orações do Pastor Ricardo. Enquanto o Pastor Sérgio Miranda orava no Canal 23, os Estados Unidos bombardeavam Bagdá. Precisamos da oração do Papa João Paulo II, que passou a noite orando pela paz; de Chanceleres como Dominique Villepin, da França; Joschka Fischer, Alemanha, e Igor Ivanov, da Rússia, para baterem o pé e inverterem a situação.

O ataque foi à revelia do direito internacional e da ONU. Se quisermos paz, uma comunidade pacífica, teremos de ter um organismo internacional que ouça todos, poderosos, emergentes ou fracos. Não podemos aceitar os Estados Unidos invadirem o Iraque. Minha simbologia é: hoje o Iraque, ontem, o Vietnã, a Líbia, Granada e a Coreia. E amanhã? O Brasil, a Amazônia?

O ataque dos Estados Unidos ao Iraque, em nome do combate ao terrorismo, representa uma balela. Hoje é o Iraque, amanhã, a Coreia, possuidora de grande potência bélica e da bomba atômica, podendo atingir seu vizinho do Sul, parceiro importante dos Estados Unidos. Daí vêm os temores.

Quem patrocinou todas as ditaduras depois da Segunda Guerra Mundial? Recentemente, o Embaixador Lincoln Gordon revelou agressões dos Estados Unidos ao Brasil, em caso de necessidade, no Golpe Militar de 1964. Os Estados Unidos, que patrocinaram Fujimori e Pinochet, querem devolver a democracia ao Iraque.

Nestes dias, em que ainda estou sem uma atividade principal, tenho acompanhado, com sofrimento, as reuniões das Nações Unidas e visto a galhardia de países latino-americanos, como o México e o Chile, que não se entregaram, defendendo a posição da paz, e não da guerra. Eles são dois dos membros rotativos do Conselho de Segurança, que é formado de 15 membros, sendo 10 transitórios e 5 efetivos. Dos efetivos, apenas Estados Unidos e Inglaterra foram pela guerra, enquanto França, Rússia e China foram contrárias. Dos transitórios, além do Chile e do México, foram contrários Guiné, Angola, Camarões, Alemanha e Síria, enquanto Bulgária e Espanha foram favoráveis.

Ao assistir às reuniões, pude perceber o esforço dos Embaixadores. Quero saudar o Embaixador do Iraque, que fez defesas veementes, e também Hans Blix e El Baradei, da Comissão Internacional de Energia Atômica, que tudo fizeram para evitar a guerra, mas que foram contidos em seus sonhos, já que os interesses dos Estados Unidos aqui enunciados pelo Embaixador Musa são mais importantes. Não é interessante uma nova geopolítica para a região. O que lhes interessa é o petróleo e até a água do Tigre e do Eufrates, para não falar de outras riquezas milenares da região da Mesopotâmia, onde está o Iraque e que é berço da civilização, terra de Abraão, pai dos árabes, dos judeus e dos cristãos. Essa civilização, durante a guerra, será sensivelmente atingida.

Quero lembrar que o inimigo de antes, o comunismo, tem agora seu lugar cedido para um outro, sem rosto: o terrorismo. E o terrorista do Estado de Israel, Ariel Sharon, que não se comove com as escavadeiras e tratores que passam sobre as casas de familiares de palestinos, parentes de mártires que tiveram a coragem de se imolar, perder suas vidas para fazer um atentado, única forma de manifestação que resta ao povo palestino, já tão humilhado e oprimido? Diante de tudo isso, só lhes resta perder a vida para, em um ato de desespero, mostrar o protesto de seu povo.

Nos noticiários desta noite, foi dito que tudo isso só piorará a situação. A ONU tem que se reunir para sustar essa guerra. O Presidente Lula foi muito corajoso ao dizer que é contra a guerra e que Bush quer dominar o mundo. Quero parabenizá-lo e saudar a mudança de Governo no Brasil. É fundamental termos Presidentes como Lula, Ricardo Lagos e Vicente Fox, que tiveram a coragem de opor-se aos Estados Unidos, que hoje contam, na América, com asseclas como Uribe, da Colômbia, e os Presidentes de São Salvador e Nicarágua, os três únicos países sul-americanos que apóiam a guerra.

Agradeço a oportunidade de manifestar meu pensamento e rememorar minha passagem pela Assembléia Legislativa, em cujos anais estão contidas minhas manifestações. Se queremos um mundo novo, um mundo de paz, temos de deter a guerra. Não basta ser contra, há que se agir, por meio de países como o Brasil, com importância econômica e populacional, apesar de sua fraqueza militar.

Os países precisam se unir e reagir de forma concreta para impedir a guerra, senão a ONU não servirá para mais nada, e cada país terá o direito de se armar para não ficar à mercê do condomínio global do mal, encabeçado por Estados Unidos e Inglaterra. Que a paz venha a todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos convidados.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/3/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Palavras do Sr. Presidente - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Paulo Piau; aprovação - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.341; discursos dos Deputados Padre João e Ricardo Duarte - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilton Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pínduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- A Deputada Marília Campos, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência registra com pesar o falecimento do Sr. Jairo Geraldo Ferreira, pai do Deputado Paulo Piau, ocorrido ontem em Patos de Minas, e manifesta ao nobre colega sua solidariedade.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Piau, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.466 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.341, que institui o Programa de Apoio Financeiro à Escola-Família Agrícola do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse veto vem impedir o verdadeiro desenvolvimento rural sustentável. Não sei se todos os companheiros e companheiras sabem o que é uma escola-família agrícola. No Estado de Minas Gerais, temos 19 escolas-família agrícolas, que trabalham em um sistema de alternância. A educação que temos hoje retira a criança e o jovem do meio rural, trazendo-os para as cidades. Assim, tiram-nos de sua cultura e vão imprimindo neles uma cultura urbanizada. Como consequência, antes de terminar sua formação, eles já estão, de certa forma, encantados - mas, ao mesmo tempo, equivocados - com os grandes centros urbanos. Isso possibilita a formação desses grandes centros e o êxodo rural. Quando vamos às comunidades rurais, vemos que ali não existem mais jovens entusiasmados com a agricultura e com a pecuária. A escola-família agrícola possibilita o resgate desse encanto com a agricultura e com a pecuária.

O que essa lei propõe é que o Estado apóie financeiramente as escolas-família agrícolas. Assim estará fazendo o seu papel, ou seja, investindo na educação.

Todos os senhores têm conhecimento de que não existe e nunca acontecerá um verdadeiro desenvolvimento que não passe primeiramente pela educação. Essa lei propõe-se a fazer com que a criança e o jovem se encantem com a agricultura e pecuária. Uma grande vantagem das escolas-família agrícolas é o sistema de alternância: o jovem fica 15 dias como interno na escola, no meio rural, dia e noite, recebendo todo o conteúdo exigido pelo MEC e, ao mesmo tempo, a parte de técnicas agrícolas e pecuária. Ele pode aplicar em sua escola as técnicas e o conhecimento integral, porque a escola-família agrícola não abre mão de uma educação integral do ser humano. Ficar ali 15 dias como interno possibilita essa formação integral.

Outro ponto é que, normalmente, nossos alunos são jovens vindos de pequenas e médias propriedades agrícolas. A escola-família agrícola possibilita que esse jovem, nos outros 15 dias, volte para sua casa, seu pequeno sítio e aplique aquilo que aprendeu.

O sistema de alternância é muito importante porque não isola, não tira o jovem de seu meio durante três, quatro anos, como é a formação que as outras universidades ou faculdades dão. A escola-família agrícola tem essa grande vantagem, pois essa ruptura com seu meio não acontece. O aluno fica 15 dias na escola e 15 dias em casa, aplicando o que aprendeu. O monitor visita cada família de aluno e acompanha as técnicas que ele está aplicando na sua pequena propriedade.

Podemos ainda assegurar que o que mantém a economia e o desenvolvimento sustentável é a pequena agricultura, que ainda não utiliza grandes máquinas que trazem danos para o terreno, não abre mão do compromisso agroecológico. Se não investirmos na terra, nas águas e nas matas, compromisso da escola-família agrícola, tudo isso estará comprometido em poucos anos. Sendo padre, tenho a terra como minha primeira mãe, por isso ela deve ser respeitada, amada, porque é ela quem garante vida para nós, não só nos gerou, mas garante a vida no dia-a-dia. Temos de garantir vida para essa geração e para as vindouras também, daqui a dez, 100, 500 anos. Temos de pensar na vida daqui a 500 anos.

A escola-família agrícola significa uma verdadeira inovação do sistema de ensino para o Estado. É um modelo que veio da França e se instalou no Brasil - em primeiro lugar, no Espírito Santo -, mas hoje Minas Gerais é um dos Estados que tem grande número de escolas que possibilitam a esses jovens, antes forçados a ir para os grandes centros urbanos, ter uma alternativa que significa desenvolvimento para nosso Estado e

nosso País.

Possibilitando que o Estado celebre um convênio com as escolas-família agrícolas, esta Casa estará abrindo a porta para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.

A sustentação de um Estado, de um país, está baseada na agricultura e na pecuária. Não temos como erradicar a fome e a miséria sem investir na agricultura e na pecuária, o que, trocado em miúdos, significa investir na educação, a ponto de motivar as crianças e os jovens a permanecerem no campo, ao invés de, encantados com os grandes centros urbanos, deixarem seus pais para trás, totalmente abandonados. Acabam vindo para as cidades sem formação adequada, provocando, infelizmente, grande transtorno social e econômico e, muitas vezes, prejuízo para a segurança pública. O inchaço dos centros urbanos expressa a inexistência de uma política agrária eficiente.

Apelamos aos colegas Deputados para que mantenham o veto somente ao art. 3º, porque está impedindo a celebração do convênio que, em comunhão com o Estado do Espírito Santo, trouxe o modelo da França para Minas Gerais. Manter o veto ao art. 3º significa garantir a originalidade do projeto e, sobretudo, a originalidade da pedagogia, que é de alternância, de educação integral e de firmar-se somente com a existência de uma associação. É impossível ter-se uma escola-família agrícola sem prévia mobilização dos pais, sem organização e criação de uma associação que se reúna periodicamente e tenha compromisso com os alunos.

O art. 3º diz: "O repasse de recursos do programa a associação autônoma, a que se refere o inciso II do art. 2º, se dará mediante a celebração de convênio firmado com o Poder Executivo, em que serão definidos os critérios para o repasse dos recursos às escolas, e para a prestação de contas de sua aplicação, observando-se o disposto na Lei nº 12.025, de 30 de junho de 1998.". Mantendo o veto a esse artigo, será possível, depois, apresentar um projeto que regularize a celebração do convênio.

Se estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, poderemos expressar esse compromisso derrubando o veto total, mantendo o veto apenas ao art. 3º.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Padre João, parabeno-o por seu pronunciamento analisando a importância desse projeto de autoria de dois Deputados do PT, Maria José Hauelsen e Adelmo Carneiro Leão, cuja preocupação é com a área agrícola e, conseqüentemente, com a escola agrícola. V. Exa. abordou muito bem o tema. Temos recebido muitas reivindicações para que essas escolas passem a ser realidade. V. Exa. tem grande experiência nessa área e, compondo a Comissão de Agropecuária desta Casa, imprime-lhe um caráter mais popular, o que é importante. Outros membros com experiência em produção já integraram essa Comissão, mas agora a representação está vinculada aos trabalhadores.

O Deputado Padre João sabe muito bem que o programa Fome Zero, do Governo Federal, não pode simplesmente vincular-se ao imediato. Tem de estar vinculado à geração de emprego, de renda, à formação de cidadãos que orientem a população, façam crescer a luta no campo pela produção de alimento de melhor qualidade. A análise do Deputado Padre João é extremamente pertinente e faz parte desse contexto do Governo Federal.

Aproveito a oportunidade em que V. Exa. ocupa a tribuna para discutir esse veto e solicito que nos agracie com um paralelo entre o programa Fome Zero e as escolas agrícolas. O Fome Zero tem recebido críticas. O PT fez uma discussão no diretório nacional e aprovou a criação de uma secretaria no PT para fazer um acompanhamento do projeto. Acho que a aprovação ou a derrubada do veto está relacionada com a ajuda da construção do Fome Zero. Gostaria que V. Exa. expusesse um pouco de sua experiência no encaminhamento junto ao Governo Federal do programa do Governo Lula.

O Deputado Padre João - Agradeço o aparte do Deputado Rogério Correia e entendo que é mais do que justo irmos à raiz do programa Fome Zero, que se originou há dez anos, com o Betinho e outras lideranças, como Dom Luciano, Dom Mauro Morelli e o Graziano. Nessa época foram criados os comitês de cidadania na erradicação da fome e na superação da miséria. Como afirmou o companheiro Rogério Correia, esse primeiro compromisso do Governo Lula tem recebido críticas, que são acolhidas pelo PT e pelo Governo, que procura reparar os erros de forma ligeira. Alguns alegam que o Fome Zero é assistencialista, pelo fato de entregar à família um cartão que lhe possibilita fazer uma compra. Nobres colegas, o que é mais assistencialista: distribuir cestas básicas, às vezes com feijão bichado ou que não cozinha, montadas de acordo com o que se pensa ser a alimentação de uma família ou permitir-lhe fazer a compra?

Em qual cesta básica há um doce? Quem não tem desejo de um dia comer um doce?

Na verdade, esse cartão já é a superação do assistencialismo. Em alguns casos, na compra de cestas básicas, há superfaturamento, convênios celebrados com supermercados e Prefeituras. O cartão dá essa autonomia para a família fazer a compra, mas ela não pode comprar bebida alcoólica, cigarros nem refrigerantes. Essa é a única restrição de compra com aquele cartão.

Se 500 famílias de um município forem beneficiadas com o cartão, farão compras no comércio local e aumentarão a arrecadação do município. Conseguimos enxergar pontos positivos nessa primeira fase do Fome Zero.

Devemos destacar a outra fase do Fome Zero: investir em projetos de geração de emprego e renda, sobretudo na produção e no beneficiamento de alimentos. Graças a Deus, isso já acontece em Minas Gerais! Justiça seja feita: foi criado em Minas Gerais, pelo Governo Itamar Franco, o Conselho de Segurança Alimentar Nutricional, em que houve o comprometimento de todo o secretariado. O Governador Aécio acolheu esse conselho, e a posse dos Conselheiros está prevista para o dia 1º de abril. Parece-me que fui indicado para representar esta Casa nesse conselho.

Quando se fala em segurança alimentar, Minas Gerais está à frente. Juntamente com o Governo Federal, poderemos mostrar aos outros Estados que o caminho é investir mais nos programas de geração de emprego e renda, sobretudo na produção e no beneficiamento de alimentos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero dizer ao Deputado Padre João que concordo com a exposição de assunto tão importante. O CONSEA em Minas, desde o Governo Itamar Franco, tendo à frente Dom Mauro Morelli, tem prestado trabalho relevante à população mais pobre de Minas Gerais.

O programa Fome Zero não está isolado e indica uma inversão de prioridades. Quando Presidente se preocupou com a fome do povo?! Isso significa preocupação com os trabalhadores, com a maioria da população, porque ricos não têm fome. Hoje, nos jornais, o Ministro Berzoini falou sobre o projeto do primeiro emprego. Acolpladas ao projeto Fome Zero, há iniciativas para se criarem mais empregos no País. É preciso haver investimentos na agricultura e nas escolas-famílias agrícolas.

Num país com esta grande extensão de terra é inconcebível ver o povo passar fome. Quando os Estados Unidos pensam em tomar atitudes totalmente absurdas em pleno século XXI, como matar países inteiros para "resolver" uma situação, para se apropriarem das riquezas de um



povo, no Brasil temos um governante preocupado com a população.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Padre João, pelo pronunciamento e dizer que estamos juntos. Existem algumas críticas ao Governo, feitas por pessoas que não estão acompanhando o grande avanço que tem ocorrido, que não pode ser como um milagre feito de um dia para o outro. Existe todo um processo que está sendo construído para que, em médio prazo, tenhamos este País em nova rota. Diz um companheiro que o País é comparado a um grande navio: se dermos uma volta violenta, correremos o risco de ver o País se afundar. É preciso que haja responsabilidade, como tem havido no Governo Federal. E outra grande vantagem é ouvir a população, os movimentos organizados. Nunca os Prefeitos, os sindicatos, os conselhos foram tão bem recebidos como agora, em Brasília, mesmo que para discordar e questionar.

Quero deixar registradas publicamente a importância do momento que estamos vivendo e a confiança que depositamos inteiramente neste Governo, que está comprometido com o povo brasileiro e com a soberania da nossa Nação. Muito obrigada.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Nobre Deputado Padre João, quero, nesta primeira oportunidade de ouvi-lo na tribuna, apartear-lo para saudar sua presença nesta Casa. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais se enriquece com a presença de V. Exa. em nosso quadro, como um líder político e religioso.

Com relação ao discurso de V. Exa., gostaria de trazer à discussão da Casa o programa Fome Zero, do Governo Federal. Tenho algumas dúvidas com relação a esse programa. No Governo Fernando Henrique, também havia a distribuição de cartão. Infelizmente, temos vícios culturais que desvirtuam os programas. Muitas vezes distribuíam-se alimentos de hábitos de consumo do Norte para o pessoal do Sul e alimentos de hábito de consumo do pessoal do Sul para o Norte, às vezes colocavam feijão bichado e alimentos vencidos nas cestas básicas. Vemos que o vale-alimentação e o vale-transporte são usados para finalidades diferentes, porque o comércio, na ânsia de vender, recebe os vales como dinheiro, com deságio. São distorções que comprometem a eficácia de programas como esse.

Padre João, aproveitando a presença de um padre católico na tribuna da Assembléia, gostaria de homenagear a Sociedade São Vicente de Paulo. Nos lugares em que há conselhos, conferências organizadas da Sociedade São Vicente de Paulo, graças a Deus, parece que não há fome neste País.

Os vicentinos têm esse desprendimento e essa cultura baseada no amor a Deus. Eles transmitem esse amor a Deus no amor ao próximo, dando assistência não só material. O vicentino visita a família, faz o cadastramento e levanta as necessidades dessa família. Procura arrumar emprego, se há o problema de desemprego, e oferece assistência alimentar enquanto a família vive um desajustamento social e precisa desse apoio material.

Acredito que V. Exa., como membro do PT, poderia levar esta questão ao nosso Presidente Lula: se quiser, de fato, extinguir a fome neste País, dê um apoio mais efetivo ao que já existe, prestando um grande serviço ao nosso povo com a Sociedade São Vicente de Paulo. Esses são o aparte e a contribuição que gostaria de trazer ao discurso de V. Exa. Muito obrigado pela atenção.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Quero parabenizar o companheiro Padre João pela defesa desse projeto ora em questão, que institui o programa estadual de apoio financeiro à escola-família agrícola. É importante destacar que, em Minas Gerais - V.Exa. colocou isso muito bem -, as escolas-família agrícolas são uma realidade. Quer dizer, elas existem em vários municípios mineiros, como Itinga, Itaobim, Campo Florido, Padre Paraíso, Pavão, Sem-Peixe, Muriaé, na Zona da Mata. Todas funcionam articuladas com a Associação Mineira de Escolas-Família Agrícolas. É importante registrar que o então Secretário da Educação no nosso Estado, Prof. Murílio Hingel, já havia manifestado, naquela época, quando esta Casa aprovou esse projeto do Deputado Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Maria José Hauelsen, a intenção de estabelecer uma relação mais consistente com a Associação Mineira, mas havia a ausência de uma legislação específica para regulamentar essa relação no nosso Estado. No Espírito Santo, existe essa legislação aprovada pela Assembléia desse Estado. Foi um processo muito rico.

Então, quero reforçar os argumentos de V. Exa. para que esta Casa rejeite esse veto, haja vista que ela já demonstrou, quando o votou, a sua importância para a educação nessa proposta pedagógica, como V.Exa. colocou muito bem. Quero, então, parabenizar V.Exa.

O Deputado Padre João - O nobre colega, Deputado Sebastião Navarro Vieira, destacou os vicentinos. É um grande desafio para qualquer Governo ter uma política eficiente na questão do urgente, quando se fala na fome. Quem tem fome, na verdade, a tem hoje. Então, devemos ter agilidade. Esse primeiro ponto do projeto Fome Zero, do cartão, é para atender uma necessidade urgente, imediata, presente, do momento. Nesse aspecto, quando ele cita os vicentinos, que fazem um trabalho eficiente, quero dizer que é verdade, sou testemunha disso. Também outros segmentos, os templos espíritas, outras igrejas fazem um trabalho sério. Devemos reconhecer isso. Mas qualquer trabalho de uma instituição de caridade é um remendo a uma política pública que não funciona. Na verdade, nós, como homens públicos, mulheres públicas, devemos garantir ao nosso povo uma política pública eficiente e não um remendo para a sociedade.

O Deputado Chico Simões (em aparte)\* - Padre João, é um prazer muito grande estarmos aqui hoje ouvindo palavras de quem entende da matéria, expondo-a de maneira muito transparente, muito vibrante, a partir de tudo aquilo que vivencia no dia-a-dia. Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, acho que o mais importante para que derrubemos esse veto é o fato de a pessoa que mora no campo ser impedida, a partir da associação, de participar de maneira efetiva na produção de alimentos para seu sustento. Esse é um avanço que havia no projeto, e o Governo está querendo vetá-lo.

Temos que ter sensibilidade para entender nossas limitações. Não pensem que, porque fomos eleitos, porque o Governador e o Presidente da República foram eleitos, os votos recebidos nos dão um diploma de saber tudo, de encaminhar as coisas da maneira mais justa, correta e eficaz. Minas Gerais tem que dar esse exemplo de não procurar o eleitor somente na hora de querer o voto, o poder, mas deve ter a humildade de dividir esse poder com o eleitor, de chamar o cidadão, que está vivendo a situação no seu dia-a-dia, para que possa opinar e nos orientar, tornando nossas ações mais eficazes e fazendo com que as leis votadas cumpram seu papel. No Brasil, muitas leis aprovadas não são praticadas porque não há discussão com a sociedade.

Temos que nos congratular com o Deputado Padre João e com os autores dessa lei aprovada por esta Casa. Temos que derrubar esse veto para garantir a participação das pessoas que vivem essa questão no seu dia-a-dia, não só para estarem à frente do planejamento da produção de alimentos, mas também para se incutir nessas pessoas um espírito de cidadãos, para que aprendam com a prática. Se houver uma sociedade organizada, de cidadãos, que saiba do seu papel, com certeza, nós, com poderes já adquiridos pelo voto, encontraremos melhores caminhos para este País.

A situação por que passa o País não é segredo para nenhum de nós. Nosso País é o quinto maior do mundo, com um subsolo rico e um povo bom. É um país rico, mas com um povo pobre, que passa fome, com uma miséria que chega ao ponto de termos 53 milhões de brasileiros que passam fome. Isso tem que mexer com nossos brios e nos colocar na trincheira para que sejamos os primeiros, em nome da sociedade, a questionar, mas não podemos abrir mão de a sociedade estar conosco. Se houver um distanciamento entre o povo e os homens públicos, seguramente nós, que já tivemos 502 anos de desgovernos, vamos correr o risco de ficarmos mais 500 anos na mesma condição. É uma humilhação para nós, quando o Governo Federal cria o programa Fome Zero, termos a certeza de que, se tivéssemos recursos, se tivéssemos dinheiro em caixa, não conseguiríamos matar a fome de todos, porque o Brasil não tem produção suficiente para atender a todos nós.

Não podemos continuar vivendo esta situação. Quero conclamar todos os parlamentares presentes a derrubar esse veto, para que possamos não só implementar o que a lei propõe, que é a produção de alimentos, mas também fazer com que a sociedade participe, principalmente as pessoas que vivenciam isso no seu dia-a-dia. Queremos educar e instruir essas pessoas não só para produzirem alimentos, mas também para se tornarem verdadeiros cidadãos para nos ajudarem a construir um Brasil melhor. Parabéns, Deputado Padre João!

O Deputado Padre João - Obrigado. Quero retomar o aparte do Deputado Sebastião Navarro Vieira, quando elogia a atuação dos vicentinos. Na verdade, derrubar esse veto significa dar oportunidade a outros grupos para se somarem aos vicentinos nessa luta para a erradicação da fome e da miséria. É verdade que os vicentinos desenvolvem esse trabalho, mas não podemos manter um assistencialismo sem uma perspectiva de garantir um dia, e para sempre, a dignidade da pessoa humana. Todo o nosso trabalho tem que ser na linha do trabalho político. A própria palavra "política" tem o sentido de pensar no bem comum, e um programa assistencialista não consegue atender a todos.

Cito o colega Adalclever Lopes em matéria publicada no jornal "Diário do Comércio", quando diz que "para iniciar o atendimento aos 10 milhões de pessoas inseridos no Programa Fome Zero, o Governo Federal terá de importar 1.100.000.000 de litros de leite, 330.000t de feijão e 600.000t de arroz". Portanto, ao derrubar esse veto, estaremos resgatando o amor à agricultura e à pecuária por parte dos jovens, possibilitando a produção de alimentos neste País. Este é um País rico, porém vivemos a grande contradição da miséria. Temos terras férteis que não estão sendo bem aproveitadas. Precisamos de uma política que otimize todas as propriedades do Estado e do País. Dessa forma, erradicaremos a fome e garantiremos a dignidade das pessoas.

Concordo quando se critica o Programa Fome Zero, mas somente em seu primeiro ponto. Temos que vê-lo no todo, não apenas em parte, para que não façamos injustiça à política do Governo Lula. A dignidade das pessoas será garantida através de uma educação de qualidade, sobretudo a partir do campo, se lhes for dada a possibilidade de produzir. Essa é uma exigência ética e, para mim e tantos colegas, trata-se, também, de uma exigência cristã, pois Cristo veio para garantir vida para todos, e não apenas para alguns. Nós, cristãos, temos que estar nessa luta.

Quanto a certas reservas ao Programa Fome Zero, podemos erradicar algumas de suas deficiências começando por Minas Gerais. Vamos dar força a todas as organizações que investem na produção de alimentos, como as escolas-família agrícolas. Ao derrubar esse veto, mantendo-o somente em seu art. 3º, estejam certos, nobres colegas, de que estaremos dando força a milhares de famílias deste Estado, contribuindo para que milhares de jovens permaneçam no campo com dignidade, tendo as condições necessárias para tal.

Nesta era de globalização em que vivemos, que nem tanto benefício traz, precisamos dar ao jovem do campo a possibilidade de estar inteirado do que acontece no mundo. E isso se faz pela educação. Por isso, volto a insistir na derrubada do veto e na manutenção, somente, do veto ao art. 3º, garantindo vida digna no campo. Não será um programa assistencialista, mas um programa que garantirá dignidade de vida a todos.

Insisto em pedir que cada um repense sua posição, para mantermos o veto somente ao art. 3º, porque assim estaremos colocando um instrumento nas mãos de diversas associações que já trabalham há décadas neste Estado, de forma voluntária. Mas devemos estar convictos de que temos de apoiar as iniciativas de qualquer segmento organizado - uma associação, uma pastoral, qualquer grupo - sem nos esquecer de que sua atuação é um remendo, que existe em função da deficiência da política pública ou mesmo de sua inexistência. Quando tivermos políticas públicas que atendam da criança ao idoso, não precisaremos mais de Pastoral Social e de muitas outras ONGs, que quase vão perder sua razão de existir, uma vez que vêm remendar essa deficiência das políticas públicas.

Como homens e mulheres públicos, temos de garantir vida digna para todo o povo. É para isto que estamos nesta Casa: criar leis que sejam instrumentos para garantir a dignidade dos seres humanos. Conto com o apoio de todos os pares, agradeço ao Presidente e a todos que acompanharam meu raciocínio em defesa da derrubada do veto e de sua manutenção apenas ao art. 3º. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ricardo Duarte.

O Deputado Ricardo Duarte\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, também venho defender a queda do veto que impede a participação do Governo na ajuda à sobrevivência da escola-família agrícola.

Passamos por um momento especial no País, sendo de conhecimento e mesmo de entendimento de todos que é absolutamente necessário que se mantenham as famílias no campo. Penso que é também de entendimento de todos que a reforma agrária é o caminho correto para resolvermos o problema fundiário do País, aumentarmos a produção agrícola e fixarmos as famílias no campo. Seria absurdo se não entendêssemos que, para que isso ocorra, é necessário também oferecermos a essas famílias condições de sobrevivência.

E a educação é parte integrante da manutenção dessas pessoas. Além do mais, seria necessário que se fizesse uma escola que não apenas desse as condições mínimas de aprendizado às crianças e aos adolescentes, mas que estabelecesse uma relação direta entre o aprendizado e o que as pessoas vivem no campo. Então, a escola-família agrícola tem o objetivo não só de promover o aprendizado corriqueiro, mas também, e principalmente, de fazer com que os adolescentes e as crianças do campo aprendam coisas que estejam ligadas à questão da agricultura e de sua vivência.

É absolutamente necessário que os senhores saibam - e tenho vivência nesse ponto, pois conheci a escola-família agrícola de Campo Florido - o quanto são interessantes o aprendizado, a forma, os métodos e a pedagogia utilizados no ensino da escola-família agrícola e como é espetacular o resultado.

Hoje, com a nucleação, as escolas rurais desapareceram, e as crianças do campo estão sendo levadas para as cidades, onde estudam segundo a mesma pedagogia que a criança urbana, deixando de ter o conhecimento das questões da terra, do campo, que interessam diretamente aos habitantes da região rural.

Temos a certeza de que a participação do Governo Estadual na manutenção da escola-família agrícola é absolutamente necessária. E a ausência da participação do Estado impede o funcionamento dessas escolas. Aliás, os convênios que têm celebrado deixam dívidas incríveis.

É interessante que, na escola-família agrícola de Campo Florido, os professores trabalharam no ano de 2002 sem receber. São agrônomos, técnicos agrícolas que estão trabalhando sem nenhuma remuneração para manter a escola funcionando. Sem a participação do Estado, essas escolas não vão sobreviver.

Queria aproveitar para lembrar que Minas Gerais está vivendo problemas gravíssimos, não só na questão da escola agrícola. O esvaziamento do campo e das pequenas cidades continua a ocorrer rapidamente. E agora estamos tendo um problema mais grave ainda. A CEMIG, empresa pública de prestação de serviços na área da eletricidade, está propondo um tipo de administração verticalizada e com terceirização da sua atuação, fazendo com que as pequenas e médias cidades deixem de ter escritórios da empresa. No Triângulo, por exemplo, toda a concentração de trabalho da CEMIG está em Uberlândia. Estão sendo transferidos de Patos, Araguari, Ituiutaba e Uberaba todos os funcionários da CEMIG, para trabalharem no atendimento em Uberlândia. Se um morador de Gurinhata precisar trocar a lâmpada de um poste, tem de ligar

para um 0800 em Uberlândia, que fica aproximadamente a 250km. A CEMIG, então, vai contatar uma empreiteira na região, que vai até Gurinhatã efetuar o serviço. Isso produz uma série de problemas. O primeiro deles é que o funcionário da CEMIG está sendo levado de uma cidade para outra sem o concurso da sua vontade. O segundo é que isso tira do município os salários dessas pessoas, ou seja, piora a situação econômica das cidades porque tira delas as pessoas que tinham um salário mensal. O terceiro é que os funcionários da CEMIG são treinados adequadamente para atender à demanda na questão da energia elétrica; na empreiteira nem sempre, o salário é muito menor e o treinamento é muito pior. Isso faz com que exista um esvaziamento econômico dos pequenos municípios. E a terceirização não atende adequadamente às necessidades da população. Além disso, existem suspeitas de que as empresas terceirizadas pertençam a engenheiros da empresa ou têm "laranjas" que representam engenheiros da empresa, suspeitas essas que precisamos verificar.

O esvaziamento do campo no Brasil ocorre não só por conta das questões fundiárias, mas também por causa de uma política que - não quero rotular - não atende às necessidades da população.

Temos de discutir, como questão maior, a escola-família agrícola, a manutenção da população rural no campo, o atendimento adequado na área da educação e da saúde e o atendimento às questões básicas, como a energia elétrica.

Outra coisa importante que está ocorrendo em todo o Estado, especialmente grave no Triângulo, é a formação de milícias armadas para atacar acampamentos de sem-terras. Houve dois fatos importantes, um em Santa Vitória e outro em Campina Verde. Aproximadamente 50 jagunços armados atacaram acampamentos de sem-terras com muita violência. Torturaram e ameaçaram as mulheres, obrigando-as a ficar nuas, além de tocarem seus corpos. Depois, colocaram essas pessoas dentro de caminhões, levaram-nas para o Estado de Goiás, onde as abandonaram. São fatos extremamente graves que têm relação direta com tudo o que estamos dizendo aqui.

O Estado de Minas precisa ficar atento e mudar a política em relação ao campo. Nós, do Pontal do Triângulo, estamos acostumados a ser esquecidos pelo Governo do Estado. Belo Horizonte não sabe o que se passa no Triângulo. Se fizermos uma pesquisa, iremos constatar que lá os times que têm mais torcedores são o Flamengo, o Vasco, o Palmeiras e o Corinthians, justamente porque o Atlético e o Cruzeiro são pouco conhecidos, já que não há uma integração adequada do resto do Estado com o Triângulo. Até movimentos separatistas têm ocorrido ali.

Entendemos que a integração do Triângulo com o resto do Estado depende de um olhar diferente de Belo Horizonte, do Centro de Minas. Nem que queiramos, não podemos deixar de ser mineiros. Um político de Araguari teria dito que não aceitaria a anexação do Triângulo por São Paulo porque não se adaptava ao clima daquela cidade; nós somos a favor da manutenção do Triângulo no Estado de Minas, porque não queremos deixar de ser mineiros. Mas precisamos fazer com que o Governo, principalmente esta Casa, entenda que o Triângulo é parte deste Estado, é uma região rica, que contribui com quase 20% da arrecadação, portanto precisa ser olhado de forma diferente.

Não só o Triângulo, mas também o resto do Estado, principalmente o campo, que é o que estamos discutindo, precisa ser entendido de forma adequada. Por isso, pedimos a todos os Deputados que derrubem o veto do Governador para que não apenas as escolas-família agrícolas que já estão em funcionamento sobrevivam, mas que sejam abertas outras escolas agrícolas no Estado a fim de que as pessoas que moram no campo sejam atendidas nas suas necessidades básicas e tenham uma escola voltada para o aprendizado dos assuntos que lhes interessam, que são a terra e a produção agrícola. Que no futuro isso contribua para que haja menos fome, menos violência nas cidades e este Estado possa integrar toda a população rural no desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não há quórum para a continuação de nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/3/2003

#### Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 71; discursos dos Deputados Rogério Correia e Dalmo Ribeiro Silva; encerramento da discussão; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 73; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada; deferimento; questão de ordem; leitura do dispositivo destacado; votação do veto ao inciso VIII do art. 3º e ao parágrafo único do art. 9º; manutenção; votação do veto ao inciso III do art. 3º; rejeição; votação do veto ao parágrafo único do art. 3º; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 74; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.465 - Questão de Ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

##### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 15.341 e 15.347 e o Projeto de Resolução nº 308/2003, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

##### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 71, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência, dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes nesta reunião, solicitei a discussão do veto parcial feito pelo Governador Aécio Neves, para lembrar o processo de discussão que organizou a Defensoria Pública do Estado.

Os Deputados que se encontram na primeira legislatura evidentemente não acompanharam o trâmite desse projeto da organização da Defensoria Pública no Estado. Foi um processo complexo de discussão nesta Casa, que felizmente obteve, como resultado, a aprovação da organização da Defensoria Pública. Poderíamos dizer que, antes desse projeto, a carreira da Defensoria Pública inexistia.

Portanto, com base nesse projeto, toda a organização da Defensoria Pública passou a ser efetivada, bem como a realização do seu plano de carreira. Foi uma conquista importante. Diversas vezes recebemos nesta Casa a visita de Defensores Públicos, que vieram de todas as partes do Estado reivindicar a organização da Defensoria, a criação da carreira do Defensor desde a sua entrada no serviço público até o final de sua carreira, quando teriam a sua estrutura, os princípios salariais aprovados pela Assembléia Legislativa. Nós, Deputados, ficamos sensibilizados com a reivindicação, pois desempenham uma função primordial. As camadas sociais mais necessitadas é que precisam de Defensor Público. Por não terem essa organização e a valorização adequada, vários Defensores aprovados em concurso desistiam do cargo. A votação do projeto na Casa deu esperança de que fosse constituída, de fato, uma carreira promissora para o Defensor.

O Governador Aécio Neves opôs alguns vetos, mas sancionou, na quase totalidade, esse projeto que organiza a carreira do Defensor Público, definindo a sua competência e dando outras providências. Diria que os vetos foram irrelevantes diante do tamanho do projeto, que contém mais de 100 artigos. Houve apenas um veto no art. 9º, em alguns incisos, e no art. 103. Foi uma vitória dos Defensores.

Venho ressaltar essa vitória na esperança de que o exemplo do Defensor sirva para outras categorias do funcionalismo público do interior. Ao mesmo tempo em que ressalto a importância da aprovação desse projeto, faço cobrança para que o Governo Aécio Neves avance na questão do piso salarial do Defensor Público, que ficou fora do projeto porque a Lei de Responsabilidade Fiscal e a eleitoral não permitiam gastos. Ficou estabelecido apenas o número de cargos, as suas classes, os seus símbolos. O piso salarial ficou para ser discutido posteriormente. Sem a determinação desse piso, sem a valorização da carreira de Defensor Público, não teremos completada a sua existência como algo duradouro.

A Comissão que analisou o veto deu parecer favorável ao veto parcial, o que significa garantir que, com a nossa aprovação, finaliza o processo da discussão da carreira, faltando o piso salarial, importantíssimo para determinar o que acontecerá depois.

Aproveito para, ao mesmo tempo em que falamos da Defensoria Pública, da definição de sua competência, da disposição da carreira - aprovada durante a legislatura passada, em projeto de autoria do Governador Itamar Franco, e sancionada pelo Governador Aécio Neves -, lembrar e fazer cobrança importante e veemente com relação ao plano de carreira dos trabalhadores da educação e do serviço público em geral.

Quanto ao projeto dos trabalhadores da educação, aproveito a presença dos Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Presidente à época, Antônio Andrade, Líder do Governo Itamar Franco, e de todos os Líderes de Partidos que estavam no final da legislatura passada, para lembrá-los de que foram testemunhas, estando presente o Deputado Federal Danilo de Castro - hoje Secretário de Governo, que, na ocasião, respondia pelo Governador eleito Aécio Neves -, de compromisso firmado entre a Mesa anterior, o Sind-UTE e a coordenação sindical.

O Deputado Rêmoló Aloise também estava presente na reunião, realizada no Salão Nobre desta Casa, firmando o compromisso de que o projeto não iria à frente, apesar de já aprovado em 1º turno.

O Governador Aécio solicitou que fosse retirado, em 2º turno, o plano de carreira dos trabalhadores do ensino, também remetido pelo Governador Itamar Franco, com as mesmas características desse projeto que agora obteve veto parcial, mas foi sancionado. Apesar de possuir as mesmas características, sem piso salarial, organizando a carreira, significando algum avanço, não obteve o aval do Governador Aécio Neves, que solicitou que não vingasse. A base do Governo o atendeu. O compromisso firmado entre os Deputados e o Sindicato foi que, na primeira semana de Governo, o Sind-UTE seria recebido e já teríamos a partir daí o apontamento das resoluções do plano de carreira. Portanto, iniciaria o estudo e a remessa, o mais rápido possível, desse plano.

O Bloco PT-PC do B fez uma reunião com o funcionalismo. O Sind-UTE comunicou-nos que nada avançou com relação ao plano de carreira dos trabalhadores da educação, sequer uma comissão foi criada para analisar o que seria o plano.

Faço, publicamente, uma cobrança ao Secretário Danilo de Castro do compromisso firmado - não a faço apenas em meu nome, mas em nome de todos os Deputados da legislatura passada, Mesa e Líderes, e também do atual Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que estava

presente na reunião, Deputado Antônio Carlos Andrada, que respondia como pré-Líder do Governo Aécio Neves - ainda não empossado, mas já eleito -, que se comprometeu a fazer esse encaminhamento do plano de carreira. Até agora nada foi para a frente.

Faço esse alerta aos Deputados, especialmente aos Líderes do PSDB, para que cobrem de Danilo de Castro, que falou em nome do Governador Aécio Neves.

Portanto, cobro do Governador Aécio Neves o compromisso feito no Salão Nobre desta Casa, de encaminhar e discutir com o Sindicato, na primeira semana de Governo, o estabelecimento de um plano de carreira na área da educação. Faço essa cobrança não só em meu nome, mas do Bloco PT-PC do B, porque nossa Bancada, à época, junto ao Sind-UTE, por falta de alternativa, preferiu acreditar que o assunto relativo ao plano de carreira seria desenvolvido. Todos os Deputados lembram-se da reunião que fizemos. As galerias encontravam-se cheias de professores insatisfeitos, manifestando-se por meio de vaías e protestos. Fui fundador do Sind-UTE e sei que os trabalhadores lutam há muitos anos por um plano de carreira. Entendo a indignação que deles se apossou, fazendo com que perdessem a elegância difícil de ser mantida em momentos em que a luta os caleja. Tenho a certeza de que alguns Deputados que protestaram à época, achando tratar-se de uma barbárie, hoje dão razão aos professores, já que nada caminhou, desde aquela ocasião, apesar de um projeto já aprovado em primeiro turno nesta Casa. Procuramos acalmar os professores, acreditando nas palavras de um Governo que entrava, ainda que não fosse o nosso. Espero que o Governo honre esse compromisso, apesar de não tê-lo feito na sua primeira semana. Que possa chamar o Sindicato para fazer, pelo menos, um cronograma de discussão do plano de carreira. A Secretaria da Educação já tem requerimento aprovado na Comissão de Educação, que está sendo acompanhado pelo Deputado Weliton Prado, da nossa Bancada. Não poderemos esperar mais quatro anos para que, no final do Governo, outro projeto relativo ao plano de carreira seja enviado, aprovado, quem sabe, em primeiro turno, às vésperas da eleição, para que a LRF impeça seu prosseguimento, levando-o ao arquivamento. O outro Governo, ao retomar a discussão, desconsidera todo o trabalho feito pela categoria. Isso ocorre desde a greve que realizamos em 1979, quando já se falava em plano de carreira para o magistério, o que até hoje não se tornou realidade.

O projeto da Defensoria Pública é fundamental, já que dá aos funcionários a esperança de ter uma carreira. Mas não posso deixar de solicitar a mesma sorte para os trabalhadores da educação. Não se trata de cobrança individual. Elegemos, entre outros, a carreira dos trabalhadores da educação como peça importante até mesmo para o andamento das reuniões nesta Casa. Existem vários vetos na Casa e queremos que o Governo discuta conosco não somente a pauta que lhe interessa, mas a que interessa ao povo mineiro. E, no caso da educação, é fundamental, para a melhoria do sistema educacional, que a questão da carreira seja colocada na perspectiva de Governo e, portanto, seja aprovada e concretizada. Isso depende do Governo, e não somente de nós, porque a própria Constituição exige que o plano seja remetido por ele.

Relembro aos Deputados que estavam naquela fatídica sessão em que se resolveu arquivar o plano de carreira dos trabalhadores da educação que os professores não agiram como bárbaros, mas como cidadãos e cidadãs indignados com o plano de carreira, como se já pressentissem que seriam mais uma vez enrolados pelo Governo que entrava. Tenho esperança de que isso não aconteça. Entendo a indignação, a qual os professores, naquela ocasião, demonstraram vaiando e protestando.

Da mesma forma, entendo - e já o disse nesta tribuna - o que fez o MST, quando ocupou a fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo que não concordemos, que achemos que foi algo que extrapolou as medidas da civilização ou da ordem. Eu estive lá, com outros Deputados, como os Deputados João Leite e Márcio Kangussu, na Fazenda Barriguda, onde os trabalhadores rurais adentraram a fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reclamou que sentaram na cadeira do Presidente, na cama do Presidente, que tomaram o vinho de R\$5.000,00 do Presidente. Reclamaram tanto do MST, mas, talvez, se o Presidente visse a água verde que os trabalhadores eram obrigados a tomar na época da seca, porque não tinham água encanada, não tinham como matar a sede e precisavam trabalhar a terra, talvez entendesse a revolta deles ao encontrarem uma fazenda produtiva, exuberante, com tanta riqueza, e eles sequer tendo água para tomar. Isso não se chama barbárie, mas indignação. É um modo de luta que precisamos respeitar. Às vezes, pode parecer a nós, que estamos aqui, algo não civilizado, que desrespeita a força da lei, mas é preciso compreender que a força da lei também não é respeitada ao não se dar a eles garantia de trabalho, de saúde, de escola - seus filhos têm de andar quilômetros e quilômetros para freqüentarem uma escola.

Entendo essa revolta. Entendo que o MST continue fazendo essa pressão. O Governo Lula sabe que são justas essas reivindicações, e tem de ser acelerada a busca de soluções para isso.

Cubro com veemência uma atitude do Governo, pois os trabalhadores da educação começam a ameaçar mobilizações maiores. Temos de evitar que greves possam prejudicar os filhos dos trabalhadores, os mais pobres, que freqüentam a escola pública.

Peço aos Líderes do Governo que encaminhem essa solicitação e que não considerem no futuro nenhum ato do PT, nesta Casa, como radical. Se viermos a tomar a decisão de barrar a pauta da Assembléia em favor de um plano de carreira da educação, não será nenhum ato nosso de radicalismo, mas de coerência em relação a uma promessa que nos foi feita no Salão Nobre desta Casa.

Encaminho pela manutenção dos vetos. Foi um acordo que fizemos. Não teria motivo para simplesmente votar contra a manutenção desse veto, que foi parcial, sendo que, na quase totalidade, foi atendido aquilo que os Defensores Públicos buscaram nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero também deixar registrada minha satisfação em ter participado da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 71, que veio contemplar todos os Defensores Públicos de Minas. Desde o primeiro momento, na construção desse projeto, participamos ativamente através de audiências públicas, ouvindo todos os segmentos, particularmente os Defensores Públicos de Minas, que hoje totalizam quase 900.

Durante a tramitação do projeto, tivemos inúmeras discussões, além da participação efetiva dos Defensores Públicos, que reivindicavam seus direitos. Com certeza, contaram com o aval do Governador Aécio Neves, que sancionou o projeto, apesar dos vetos apresentados. Mesmo com os vetos, houve entendimento com os Defensores.

Juntamente com o Deputado Rogério Correia e os demais parlamentares que participaram dessa luta em prol do povo mineiro, especificamente dos mais necessitados, não poderia deixar de manifestar a nossa satisfação e alegria ao ver que os Defensores Públicos foram contemplados.

O Deputado Rogério Correia tem toda a razão quanto ao plano de carreira. Conseguimos aprovar na Comissão de Educação requerimento de realização de audiência pública, com a presença da Secretária, a fim de discutirmos esse plano, objeto de proposta e promessa feitas pelo Governador durante sua campanha eleitoral, em que, por meio do Secretário de Governo, deu a esta Casa garantia da remessa do plano, para conseqüente aprovação. Concordando com as palavras do Deputado Rogério Correia, manifestamos também a nossa preocupação para com os servidores da educação.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, estou me juntando a V. Exa. e aos demais parlamentares no que diz respeito à grande conquista representada pela organização da Defensoria Pública. Acompanhamos o processo, embora ainda não estivesse

exercendo o mandato de Deputado. Sempre apoiamos o projeto, que é muito importante para o acesso digno da sociedade à justiça. Para isso é fundamental que aquele órgão esteja devidamente estruturado. Assim, devemos concluir o processo.

Tive a oportunidade de ser relator da matéria em discussão. Com a consciência muito tranqüila, verificamos que a manutenção do veto em nada prejudica a organização da Defensoria. Partiremos para uma nova era, em que a justiça será feita de forma plena, graças ao trabalho fundamental exercido pelos Defensores Públicos e por todos que com eles trabalham.

Outras matérias que têm sido abordadas por V. Exa., como o plano de carreira, terão de ser objeto de apreciação desta Casa. Contribuiremos para que o nosso Estado viva, de fato, uma democracia plena, bem estruturada, servindo bem à comunidade, porque essa é a função do Estado. Portanto, somamos com V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Parabenizo V. Exa., Deputado Domingos Sávio, por sua lavra como relator. Esta Casa terá o grande compromisso, juntamente com os Defensores Públicos, de criar os mecanismos legais para rápida regulamentação, oferecendo àqueles profissionais o salário e a dignidade que merecem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 55 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 71. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 73, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao inciso III e ao parágrafo único do art. 3º e pela manutenção do veto ao inciso VIII do art. 3º e ao parágrafo único do art. 9º. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando a votação destacada do parágrafo único do art. 3º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que leia o destaque do Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parágrafo único do art. 3º da proposição.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Lê:): "Parágrafo único: As disponibilidades financeiras apuradas em balanço anual serão transferidas para o exercício seguinte.". Era este, Deputado Rêmoló Aloise, o parágrafo sobre o qual V. Exa. pediu esclarecimento.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Em votação, o veto ao inciso VIII do art. 3º e ao parágrafo único do art. 9º da Proposição de Lei Complementar nº 73.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 56 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o veto ao inciso VIII do art. 3º e ao parágrafo único do art. 9º da Proposição de Lei Complementar nº 73. Em votação, o veto ao inciso III do art. 3º da Proposição de Lei Complementar nº 73.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados. Votaram "não" 56 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o veto ao inciso III do art. 3º da Proposição de Lei Complementar nº 73. Em votação, o veto ao parágrafo único do art. 3º da Proposição de Lei Complementar nº 73.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 55 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o veto ao parágrafo único do art. 3º da Proposição de Lei Complementar nº 73. Fica, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 73 (- Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.), salvo o inciso III do art. 3º da referida proposição (- À Promulgação.).

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 74, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Bispo Gilberto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Padre João - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 53 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 74. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.465, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

#### Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, em face da ausência dos ilustres Deputados para votar esse veto, solicitou o encerramento, de plano, da reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 20, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/3/2003

#### Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 308/2003; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Chico Simões; encerramento da discussão; aprovação; declaração de voto - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.477; rejeição - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.484; encerramento da discussão; discurso do Deputado Miguel Martini; rejeição - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.488; encerramento da discussão; discurso do Deputado Miguel Martini; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.508; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Miguel Martini e Chico Simões; questão de ordem; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; votação secreta; inexistência de número regimental para votação e para continuação dos trabalhos; anulação da votação - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro, para constar em ata, de um fato do qual tomamos conhecimento ontem, que envolveu a Polícia Militar. Quatro PMs do Batalhão ROTAM foram presos por extorsão quando abordavam um serralheiro e seu sobrinho. O nome do serralheiro ainda está mantido no anonimato por questões de segurança. Os policiais estavam lhe extorquindo, ameaçando um flagrante forjado contra o seu sobrinho. Inicialmente, o serralheiro entregou R\$2.000,00 e uma pistola 38 aos policiais, que ali estavam atuando como bandidos. Posteriormente, eles cobraram mais R\$3.000,00, porque o total combinado seria R\$5.000,00.

O que gostaria de registrar é que foi exatamente um Coronel que, ouvindo a reclamação do serralheiro, contribuiu para que o flagrante contra os policiais fosse feito. É uma atitude muito correta da Polícia Militar, que temos de registrar e elogiar nesta Casa, porque o espírito de corpo não prevaleceu no caso e a voz do cidadão que estava sendo extorquido foi ouvida. De alguma forma, foi dado crédito à denúncia de um cidadão.

Sabemos que casos como esse podem acontecer em quaisquer instituições, nas ditas mais santas ou nas menos santas, mas acho que a postura de busca da verdade que a Polícia Militar teve merece ser destacada, tanto que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, vamos encaminhar ofício ao Cel. Márcio Nicolau elogiando essa postura e uma atitude como essa.

Aproveito para fazer um outro registro. A respeito da apuração de abusos, de crimes cometidos por policiais, a Corregedoria da Polícia Militar está tendo uma postura muito correta e ágil diante de muitas denúncias. Só lamento que, muitas vezes, quando se trata de oficial superior, a agilidade não é a mesma.

Fiz uma denúncia contra o Cel. José Humberto, Comandante no Sul de Minas, e até agora não foram tomadas providências. Parece que há uma couraça que protege o oficial superior. Esse Coronel é de Lavras, e o denunciei na Promotoria dos Direitos Humanos a respeito de violações absurdas de direitos humanos na forma com que trata seus subordinados, lembrando os tempos da escravidão. Denunciei também o Coronel na Promotoria Federal Eleitoral porque eu tinha várias fotos dele usando a estrutura do Comando para a campanha de outro Coronel que foi candidato pelo PMDB. Apresentei também uma denúncia na Promotoria do Patrimônio Público porque ele tem prevaricado constantemente no uso de equipamento público com fins particulares. E o denunciamos também na Promotoria Militar porque entendemos que ele infringiu vários artigos do Código Militar. E encaminhamos também essa denúncia à Corregedoria de Polícia.

Quero elogiar a postura da polícia no caso dos quatro policiais da ROTAM. É louvável, é assim que se faz uma polícia cidadã, é assim que se aumenta a credibilidade da instituição. E qualquer instituição tem de ter essa postura. Mas lamento pela denúncia que fizemos contra o Comandante do Sul de Minas, um verdadeiro ditador que age com o maior desrespeito contra seus subordinados.

Mas, por ser um oficial superior, está protegido e imune a qualquer tipo de apuração. É lamentável porque ele não tem condições morais, éticas nem profissionais de continuar sendo Comandante no Sul de Minas. Quero que esta nossa intervenção a respeito da Polícia Militar fique registrada nos anais desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Queremos cumprimentar o Deputado Durval Ângelo pela sua manifestação nesta manhã. O espírito de corpo que prevalece em muitas outras profissões para proteger corporações, especialmente em instituições públicas, ocorre para não deixar que os seus integrantes sejam investigados ou levados às barras da justiça.

Contudo, Sr. Presidente, nesse episódio que envolveu policiais do Batalhão ROTAM, a Polícia Militar agiu de forma correta, imediata, dando demonstração de que é essa a Polícia Militar que toda a população de Minas Gerais quer. As investigações, sem querer fazer pré-julgamento, levarão a cabo aquilo que a população espera. Portanto, se as acusações têm a sua origem fundamentada naquilo que preceitua a lei, certamente os policiais serão punidos de forma rigorosa.

Concordo com o Deputado Durval Ângelo no que diz respeito ao Cel. José Humberto, Comandante da 6ª Região, que, no nosso entender, realmente praticou tudo aquilo que o Deputado disse. Situações como a desse Coronel têm de ser apuradas rigorosamente. O fato de ser um Coronel, um oficial superior da Polícia Militar, não é motivo para que as apurações não avancem.

Também agi assim no caso do Cel. Severo Augusto da Silva, que determinou que um jovem, preso por porte de cocaína, fosse liberado e que o boletim de ocorrência policial fosse rasgado dentro do Departamento de Investigação. Aí, volto a lembrar-me do sociólogo Roberto da Matta. Infelizmente, o filho do Coronel do Exército conhecia alguém que pudesse ligar para o Cel. Severo e pedir para que não fosse preso. De forma vergonhosa, o Coronel deu ordens para que a ocorrência fosse rasgada. Não podemos admitir situações como essa. A denúncia foi feita por mim no Ministério Público ao então Governador Itamar Franco e enviada ao Cel. Álvaro Nicolau para que tomasse as providências cabíveis. O Procurador de Justiça, Epaminondas Fulgêncio, encarregado de receber a denúncia, denunciou o Cel. Severo junto ao Tribunal de Justiça Militar. Estamos correndo o risco de ter o mesmo Cel. Severo Augusto da Silva Neto ser nomeado Secretário Adjunto Nacional de Segurança Pública. Queremos deixar claro para os defensores desse cidadão que além disso há uma prática do tráfico de influência dessa modalidade, ou seja, a de interferir em ocorrências policiais para que a coisa seja abrandada.



Mas isso ocorre com pessoas influentes, grandes empresários, pessoas que se destacam em nossa sociedade. Uma pessoa humilde, que mora na periferia, com toda certeza não teria acesso nem mesmo ao número do telefone celular do Cel. Severo.

Por isso, queremos destacar que esta Casa não pode deixar que situações como essa passem em branco. Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública, estaremos solicitando informações sobre as providências administrativas tomadas contra o Cel. Severo Augusto da Silva Neto.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Vetos às Proposições de Lei Complementar nºs 71, 73 e 74, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Mesa da Assembléia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 308/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a elaboração do Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo\* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, augusta e combativa Bancada do PT, é bom que a gente tenha claro o que estamos aprovando nesse Projeto de Resolução nº 308/2003. Primeiro, porque ele é fruto de algumas trombadas jurídicas que já houve em relação à carreira dos servidores.

Longe de mim defender qualquer tipo de privilégio ou benefício para determinado setor do Poder Legislativo. Reconheço que há distorções na Casa, não só em relação aos servidores, mas também aos Deputados. Em uma discussão de plano de carreira, o que se espera são algumas questões mínimas. Tudo bem que é a busca do bem público, que, de alguma forma, é evitar distorções, mas há o princípio fundamental da participação. Os servidores têm de participar de tudo que diz respeito a eles; em um processo de negociação, as opiniões de um determinado setor não necessariamente têm de prevalecer.

Outro princípio sobre o qual acho que seria desnecessário falar em uma Casa Legislativa, mas vou falar, que as trombadas foram tantas, é o princípio da legalidade. No mínimo, uma Casa Legislativa tem de primar por isso. A Bancada do PT, por exemplo, está representando contra o Governador pelo absurdo nas leis delegadas. Mais de 70% das leis delegadas ferem a Constituição, os princípios da legalidade e da juridicidade. Parece que a consultoria do Governador é de porta de cadeia, e não o que se espera da consultoria de um Governo que queira ser sério e que jurou nesta tribuna cumprir as Constituições Federal, Estadual e as leis do Estado.

Falarei sobre o "projeto trapalhão", Projeto nº 306. Trapalhão porque é fruto de muitos erros, equívocos e trapalhadas. Primeiro, parece que a situação está resolvida com o Projeto nº 308/2003. Mesmo esse projeto carrega equívocos.

Quero registrar porque votarei contra esse projeto e não apresentarei a emenda que entendo haveria de corrigi-lo. Houve um acordo da Bancada do PT no Colégio de Líderes para votar a favor do projeto, mas ele contém erros. Primeira coisa, criando-se daqui a 120 dias o novo plano de carreira, fica em vigor o anterior. Isso é uma contradição. O plano anterior teria de estar em vigor. Vamos ter um limbo na Assembléia, sem carreira. Teremos servidores sem carreira. Esse procedimento é o mesmo no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, no Tribunal de Contas? Não. Não posso votar um "projeto frankenstein" que cria um limbo.

Há uma pérola no projeto que permite qualquer interpretação. A pérola é no art. 3º, § 1º. Uma lei tem de ser objetiva, impessoal, mas, no caso, usa-se o condicional. Isso é um absurdo. Alguns consultores sérios desta Casa ficam com vergonha de que haja um parágrafo que começa no condicional: "caso...". Como se a lei pudesse ser redigida dessa forma. Mas diz assim:

"Art. 3º - .....

§ 1º - "Caso o plano de carreira a que se refere esta Resolução não entre em vigor até o final do exercício de 2003, aplicar-se-á a partir do início do exercício de 2004 o disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002".

O problema está a partir do início do exercício de 2004, cadê o ano de 2003 na carreira dos servidores? Qual a compreensão que vai ter?

O Deputado Rogério Correia me disse que a Bancada do PT fez um acordo de que, mesmo não estando claro, quando o novo plano for tramitar, se vai entender que o ano de 2003 esteja aqui. Eu tinha uma emenda, que não apresentarei, em vista do acordo, que diz assim: "Caso o plano de carreira a que se refere essa resolução não entre em vigor até o final do exercício de 2003, aplicar-se-á a partir do início do mesmo exercício".

É evidente. Tinha-se de colocar "mesmo exercício", e não "exercício de 2004".

Senhores servidores da Assembléia Legislativa, rezem bastante e torçam, apesar de ter sido um acordo que envolveu organizações dos servidores, para que haja bom-senso e a palavra dita supere o texto da lei. No texto da lei, não existe o exercício de 2003.

É bom que cada Deputado saiba muito bem o que está votando. Primeiramente, está votando a resolução da trapalhada jurídica - um monstrego, uma "resolução trapalhona" -, porque, desde a Mesa passada, a carreira vem sendo tratada de forma equivocada. Foram exatamente esse equívoco e a total falta de transparência que permitiram existirem aqui salários absurdos. A falta de clareza permitiu distorções. Não vale o que está escrito, mas o que está subentendido.

Continuamos votando um texto pouco claro, equivocado, confuso, o qual, de novo, tem um artigo que começa com a palavra "caso", o que significa "se", "quem sabe", "talvez", "algum dia". Pelo que aprendi no processo de redação legislativa, essas não são expressões corretas para serem usadas em leis.

Estamos votando algo no escuro. Estamos colocando 2003 na carreira, condicionado ao humor, à disposição e, quem sabe, até à vontade do Governador. Afinal, o Governador está mandando em tanta coisa, está interferindo tanto no Poder Legislativo, que pode acontecer de alguns Deputados irem a Palácio dizer: "Acinho, podemos ou não considerar o ano de 2003?". Estamos votando condicionalmente.

Registro nos anais da Casa meu voto contrário a esse plano e afirmo que o projeto em si já é uma distorção: não se interrompe um plano para se iniciar outro. Não. Aprova-se outro e sem prazo.

Registro também que o § 1º do art. 3º permite muitas interpretações. E digo mais: estamos, de novo, usando a técnica legislativa errada, como já o fizemos no projeto anterior, em que a Mesa pedia delegação para decidir sobre a carreira. Parece-me que as 63 leis delegadas do Aécio contagiaram a Casa, e, agora, erramos novamente na técnica legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu voto é contrário a esse plano de carreira.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Chico Simões.

O Deputado Chico Simões\* - É bom pertencer a um partido que tem em seu quadro pessoa que se preocupa com o destino de todos e com tudo o que acontece nesta Casa; pessoa cuidadosa, que esmiúça os projetos, para que possamos agir de modo a não nos arrependermos depois. O Deputado Durval Ângelo expressou aqui sua preocupação.

Não sou advogado, meu conhecimento não é dessa área, mas a lei sempre pode ser interpretada de diversas maneiras. Se assim não o fosse, não teríamos tanto advogados que, baseados nas mesmas normas, defendem posições diferentes.

Participei de reuniões do Colégio de Líderes para elaborar o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores. Tivemos o cuidado de conversar com alguns servidores, que, como nós, querem a garantia de um plano de cargos e vencimentos duradouro, que valorize os funcionários, aqueles que trabalham e que não desejam privilégios para ninguém. Essa foi a intenção de quem discuti a elaboração do plano de carreira que vamos votar agora em 2º turno.

Já disse: não sou advogado. Entendo que, a partir de 2004, estarão garantidos aos servidores que não gozam de privilégios seus ganhos em 2004. Isso caso esse projeto não seja votado até o final do ano e será em 2004 que ocorrerão as promoções, pelo menos as promoções que são corretas, justas, e não em 2003.

Se, no curso dessa votação, até o final do ano, houver alguma promoção, será um privilégio, não será para todos. Diante disso, não tenho dúvida. Se, por acaso, houver qualquer entendimento contrário, a Bancada do PT estará junta para desfazer todo e qualquer prejuízo ocasionado ao servidor. Além disso, o Plano de Cargos e Vencimentos será discutido com a participação dos servidores, o que ficou garantido no Colégio de Líderes. Garantiremos essa transição, caso não seja abrangida no projeto de resolução. Não foi feito um mero acordo com um segmento desta Casa. Há seriedade e participação de ambas as partes. Foi um acordo de cavalheiros.

Aqui aprendi que palavra dada é palavra a ser cumprida. Não é interesse dos líderes, não é interesse do PT, não é interesse da direção, não é interesse da Mesa trazer prejuízo ao servidor. O que queremos é o que a sociedade deseja. Tenho a certeza de que os servidores desejam um Plano de Cargos e Vencimentos que lhes dê dignidade e condições de trabalhar e que possam ter suas promoções sem usar de privilégios e, muito menos, sem usar de influência com quem está na direção da Assembléia Legislativa. Parabênizos ao companheiro Durval Ângelo. Não tenho nenhum temor em votar a favor e pedir aos nossos companheiros de bancada que votem nesse projeto no 2º turno.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

O Deputado Rogério Correia - Votamos favoravelmente porque foi um acordo a que se chegou com o sindicato e com a Associação dos Servidores, que participaram da elaboração do projeto. Havia polêmicas, mas procuramos colocar as representações dos servidores no debate político. Foi aprovado. Pode não ser o que o conjunto dos servidores quer, mas realizamos o que foi possível, o que foi conquistado pela entidade de classe. Como sempre, nós, das Bancadas do PT e do PC do B, tivemos respeito para com os organismos de classe, sindicatos e associações, que foram ouvidos. Estaremos atentos: no ano de 2003, o direito não poderá simplesmente ser suspenso. Tanto é que consta no projeto que, quem fez Avaliação de Desempenho até o mês de janeiro, está abrangido na promoção que haverá, que foi outra reivindicação do sindicato. Por isso, a Bancada votou por unanimidade nesse projeto. Evidentemente, escutaremos os servidores, para que o Plano de Carreira seja para todos e para que possam ser cortados os privilégios de uns poucos, para que a maioria dos servidores, no futuro, possa estar satisfeita com o plano aprovado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.477, que autoriza a reversão do imóvel que especifica ao Município de Itaguara. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Srs. Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Gilberto Abramo - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacifico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro -

Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Padre João - Paulo César - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" oito Deputados. Votaram "não" 40 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.477. À Promulgação.

Discussão, em turno único, do Veto total à proposição de Lei nº 15.484, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Carmo do Paranaíba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de dizer que esse projeto tem a orientação para rejeitar o veto.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Gilberto Abramo - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo César - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram, "sim" 7 Deputados. Votaram "não" 42 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.484. À Promulgação.

Discussão, em turno, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.488, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Há um acordo para a rejeição do veto. Portanto, a orientação é para votar "não".

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Gilberto Abramo - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo César - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 11 Deputados. Votaram "não" 38 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.488. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.508, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Careagu os imóveis que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - A orientação do acordo é para que o veto seja mantido. Portanto, é para votar "sim". Como não há um objeto definido, se votarmos "não", ele seria inconstitucional. Estamos pedindo que votem pela manutenção do veto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Chico Simões.

O Deputado Chico Simões\* - Vamos votar para derrubar o veto.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, está havendo um desacordo no acordo feito anteriormente. Por esse motivo, solicito a V. Exa. que suspenda a reunião para discutirmos esse acordo.

O Sr. Presidente - Deputado Miguel Martini, a Presidência não vê necessidade na suspensão da reunião. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, a proposição que doa imóvel ao município foi teor de uma discussão, foi colocada para um acordo que estaremos exercendo agora. Afirmo a este Plenário que é importante elaborarmos isso agora, cumprindo esse acordo. A doação mostra, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, que será beneficiado o próprio município. Gostaria de explicar, mais uma vez, que, quando fazemos um compromisso nesta Casa, antes de começar a sessão nos reunimos para fazer acordos. Partimos do princípio de que todos os acordos feitos devem ser cumpridos. Ninguém precisa fazer o compromisso, mas deve cumpri-lo.

Então, no caso desse veto, o nosso Líder Deputado Alberto Pinto Coelho já mostra a dificuldade, a necessidade dele. O que foi colocado pelo Poder Executivo, quando autoriza a doação ao município do imóvel, uma área de 1.375m<sup>2</sup>, importante, situada em uma fazenda do Timbó, no Bairro Timbó, registrada na Comarca de Santa Rita do Sapucaí... A importância é grande, Sr. Presidente, já que não tivemos como parar a sessão para argumentar. Só queremos lembrar aos companheiros, nobre Deputada Marília Campos, que todo acordo feito nesta Casa é para ser cumprido. Se foi negociado antes, que façamos o acordado, Sr. Presidente. É importante presenciarmos isso, logo no começo de uma legislatura.

Agradeço, Sr. Presidente, e pedimos a V. Exa. que coloque em votação o veto.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do Painel Eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas cinco Deputados. Portanto, não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna sem efeito a votação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, EM 18/3/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Adalclever Lopes, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Laudelino Augusto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à apreciação da matéria constante na pauta e à discussão e votação de proposições da Comissão. Em seguida, a Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Geraldo Valadares Roquete, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral do DER-MG, e Laércio Alves Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Sabará. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 97 a 99 e 102/2003, este com a Emenda nº 1, 103 a 105, 115, 121 a 123, 135, 136, 138, 140 e 142/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a realização de audiência pública em Jacutinga, para discutir a pavimentação da estrada que liga o Município à divisa com São Paulo, no sentido Espírito Santo do Pinhal, e em que solicita que seja convidado o Secretário de Transportes e Obras Públicas para expor à Comissão a retomada do programa de concessão de rodovias no Estado; Paulo Cesar, em que solicita que seja realizada audiência pública em Nova Serrana, para debater a situação crítica da malha rodoviária do Oeste de Minas e, especialmente, a duplicação da BR-262, de Betim ao entroncamento da BR-494, naquele município, bem como o recapeamento da BR-494, do km 0 à BR-262, em Divinópolis; Fahim Sawan, Maria José Hauelsen e Neider Moreira, em que solicitam sejam realizadas audiências públicas na cidade de Pirajuba, no vale do Rio Grande; nos vales do Mucuri e Jequitinhonha; e na cidade de Itaúna, respectivamente, para debater o programa de recuperação da malha rodoviária; e Gil Pereira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a "Gazeta do Norte", pela publicação de sua milésima edição; em que solicita que sejam oficiados o Secretário de Transportes e Obras Públicas e o Diretor-Geral do DER-MG; em que solicita a elaboração de projeto geométrico e geotécnico visando à pavimentação de várias rodovias no Norte de Minas; em que solicita seja pedido aos Ministros da Fazenda e do Planejamento e ao Chefe da Casa Civil que intercedam junto ao Presidente da República para que os recursos provenientes da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico - CIDE - sejam disponibilizados para a recuperação da malha rodoviária no Estado; em que solicita que seja convidada a Sra. Maria Emília Rocha para falar à Comissão sobre comunicação; e em que solicita a realização de audiências públicas nas cidades-pólo do Estado para debater o programa de recuperação da malha rodoviária. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 21/3/2003, às 15 horas, em Montes Claros, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2002.

Gil Pereira, Presidente - Adalclever Lopes - Doutor Viana - Djalma Diniz - Célio Moreira.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária, em 25/3/2003

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 42/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, solicitando ao Governador do Estado o envio a esta Casa de todos os contratos e aditivos de prestação de serviços e de fornecimento de medicamentos celebrados pela Secretaria da Saúde nos últimos seis meses do ano de 2002. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.508, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Careagu os imóveis que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452, que assegura benefícios aos servidores que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.461, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.465, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.466, que cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção de Leite - PRÓ-LEITE. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao inciso I e ao parágrafo único do art. 5º e ao art. 6º, e pela manutenção do veto ao art. 7º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.469, que dispõe sobre a divulgação de informações no rótulo do café torrado, moído e embalado no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.475, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis de sua propriedade nas condições que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.476, que altera o art. 8º da Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.479, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Gonzaga o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.486, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.487, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.489, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.491, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.492, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.495, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.498, que altera os arts. 17, 20, 22 e 25 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 1º e 5º e pela rejeição do veto ao art. 2º.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.499, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virginópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virginópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.513, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ibitiúra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.520, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimentos das empresas controladas pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 25/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 194/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 199/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 25/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 177 e 195/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 179/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 200/2003, da Deputada Jô Moraes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 25/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 157 a 172/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 180/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 186 a 190/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 191 a 193/2003, do Deputado Jayro Lessa; 198/2003, do Deputado Chico Simões.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 25/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 34/2003, do Deputado Gil Pereira; 117/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 26/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 26/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar parecer sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 26/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 149/2003, do Deputado Laudelino Augusto.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 26/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Aracely de Paula, Secretário de Turismo; e Antônio Eduardo Martins, Presidente da TURMINAS, sobre os planos para a política de turismo no Estado, a pedido do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 176/2003, do Deputado Adalclever Lopes; e 209/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 25/3/2003, destinadas, a primeira, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.508, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Careagu os imóveis que especifica; 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências; 15.452, que assegura benefícios aos servidores que menciona; 15.461, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso; 15.465, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sete Lagoas o imóvel que especifica; 15.466, que cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção de Leite; 15.469, que dispõe sobre a divulgação de informações no rótulo do café torrado, moído e embalado no Estado; 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências; 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 15.475, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis de sua propriedade nas condições que especifica; 15.476, que altera o art. 8º da Lei nº 13.452, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes; 15.479, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Gonzaga o imóvel que especifica; 15.486, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 15.487, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 15.489, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.491, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.492, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.495, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.498, que altera os arts. 17, 20, 22 e 25 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 15.499, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica; 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica; 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 15.513, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ibityra de Minas o imóvel que especifica; 15.520, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimentos das empresas controladas pelo Estado; e 15.521, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91; e do veto à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei nº 889, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; e do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermanno Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 7/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 13/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 15/2003, do Deputado Weliton Prado; 26/2003, do Deputado Jayro Lessa; 29, 30, 31, 32 e 38/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 45/2003, do Deputado Miguel Martini; 47/2003, do Deputado Pastor George; 51 e 52/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; e 66/2003 da Deputada Maria José Hauelsen.

Sala das Comissões, 25 de março de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre o andamento dos estudos e propostas preliminares que deverão embasar a reestruturação do sistema tributário brasileiro e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2003.

Ermanno Batista, Presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ana Maria, Arlen Santiago, Paulo Piau e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de março de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos proferidos em 18/3/2003

O Deputado Paulo Cesar\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É com muita satisfação que ocupo esta tribuna para meu discurso de estréia, pelo qual quero me fazer mais conhecido de todos os colegas, funcionários, imprensa, amigos, enfim, de todo o povo mineiro, que é a razão pela qual fomos eleitos. Estamos aqui para defender seus interesses e buscar sempre uma melhor qualidade de vida em nosso Estado, por meio de uma legislação cada vez mais atual, moderna e, principalmente, útil à população, bem como para apoiar uma respeitosa parceria com o Poder Executivo, pelo crescimento do Estado, sem perder de vista o papel de fiscalizador e defensor intransigente dos interesses públicos. Estas são as nossas principais bandeiras, sejamos Deputados pelo Norte, pelo Sul, pelo Leste ou Oeste. Ao dar este primeiro passo como Deputado Estadual, quero, antes de mais nada, render minhas homenagens ao povo de minha terra natal, o Centro-Oeste mineiro, que, por aprovar nosso trabalho, depositou em mim a confiança neste novo e importante passo na vida pública, para que o represente, e a todo o Estado nesta democrática Casa do povo, a Assembléia Legislativa; uma Casa cada vez mais forte, aberta, renovada no banho popular e democrático das urnas em outubro passado, e capacitada para a responsabilidade que a convoca neste momento particularmente difícil na vida de nosso Estado e do País.

Mas, foi ali, no Centro-Oeste mineiro, onde tudo começou e onde extraí forças e estímulo necessários para construir uma vida pública pautada pela correção, honestidade, integridade pública, com determinada devoção ao trabalho. Foi ali que, estimulado pela confiança e inspirado por uma herança de vocação compreendida com o social e o público, iniciei uma história de lutas e, graças ao bom Deus, de conquistas pelo desenvolvimento de toda a região.

Vem de longe essa minha herança pública. Minha primeira lição foi deixada por meu bisavô, Francisco Assis Freitas, que, mesmo sem estar investido de mandato público, fundou o distrito de Cercado, atual cidade de Nova Serrana, e o proveu de infra-estrutura, por meio de trabalho e doações, em benefício de toda a comunidade; meu avô, José Batista de Freitas, foi político de muita influência em todo o Estado, foi Vereador, Secretário Municipal de Cercado e líder da emancipação de Nova Serrana; meu tio-avô, Francisco Batista de Freitas, foi Prefeito, e meu pai, José Batista Filho, Vereador por dois mandatos e Secretário de Governo de Nova Serrana. Foi nessa fonte que bebi e nesse ambiente que aprendi o importante papel da política como instrumento de transformação social.

Faço-lhes esse breve relato apenas para dizer-lhes que não foi por acaso ou por aventura que aqui chegamos e estamos. Já na década de 70, aos 18 anos, ajudei a fundar o MDB do saudoso timoneiro Dr. Ulysses Guimarães, partido ao qual me filiei e que defendi nos últimos 30 anos, nos bons e difíceis momentos da vida política nacional. Lançado pelo próprio Dr. Ulysses a Prefeito de Nova Serrana, fui eleito para o período 1989 a 1992. Em 1994 fui candidato a Deputado Estadual pelo PMDB, ficando na segunda suplência, e só não assumi o cargo porque logo fui convocado pelas mesmas urnas democráticas para a honrosa missão de administrar os destinos de Nova Serrana. Fui Prefeito por dois mandatos, graças ao nosso dedicado trabalho e, principalmente, a Deus, e a uma ampla aprovação popular.

Nossa vitória, como a de nosso partido, sobre a ditadura militar, teve igual importância histórica ao romper um ciclo liderado por grupo político que comandava a cidade por mais de 20 anos. Porém, nossa caminhada não foi e não está sendo tão fácil. Como dizia o saudoso Tancredo Neves, ao eleger-se Presidente deste País, matar o monstro é fácil, o difícil seria remover seus destroços. E os monstros insistem em sobreviver a qualquer preço, recorrendo a métodos anti-éticos, fascistas e rasteiros para fazer da calúnia e da injúria sua principal obra política, com "p" minúsculo. Graças a Deus, ao nosso povo e ao nosso trabalho, fracassam, razão pela qual ainda estou de pé, de cabeça erguida nesta respeitável tribuna, para falar aos mineiros.

Faço uma pausa para levantar uma questão a este representativo Plenário. Quem de vós, que tenha sido Prefeito, Vereador, liderança de sua região, não enfrentou adversários locais, daqueles que não têm pudor em apelar ao jogo sujo da calúnia, cuja insânia não poupa nem mesmo a imprensa, desviando-a de sua função social para interesses menores? Não conheço a experiência de cada um, mas penso que briga paroquial não pode sobrepor-se aos interesses maiores da população representada. Tenho a consciência limpa, certo de que sempre honrei a confiança do cidadão comum e dos setores mais organizados da sociedade. Não permitirei, no entanto, que esses restos da velha política, do coronelismo, paralisem-me ou maculem minha vida pública.

Minha candidatura não é uma plataforma sozinha. Tive o apoio de dez Prefeitos, de 20 ex-Prefeitos e de mais de 150 Vereadores de partidos diversos, como aconteceu em Pitangui, onde lideranças petistas, como o Prof. Evandro, ex-candidato a Prefeito pelo PT, apoiaram nosso projeto para a região.

Sou do PRTB, mas meu principal partido é a minha região, pela qual busco coerência e parceria.

Por minha coerência e princípio ético, apoiei meu candidato a Governador do início ao fim da eleição; também por minha coerência e espírito público, apóio e integro, como o meu partido, o bloco do Governador Aécio Neves, grande articulador político e de perfil realizador, de quem serei parceiro na Assembléia e na minha região pelo desenvolvimento da economia e pela reconstrução da nova Minas.

Sou empreendedor tanto na vida privada quanto na pública. Como meu avô, nunca precisei de mandatos públicos para realizações. Cultivei esse espírito empreendedor por onde passei. Construí uma história de êxito como empresário. Comecei a trabalhar cedo, vendendo doces que minha tia Geralda fazia; aos oito anos, entrei para uma fábrica de calçados; aos 15, abri a minha primeira indústria neste setor, gerando empregos e renda em toda a região do Oeste mineiro.

Por meio de intensa participação, sempre fui parceiro do desenvolvimento do setor calçadista e da economia da região, e como líder empresarial, atuei como aliado permanente de suas Prefeituras. Isso nos deu profundo conhecimento da realidade do Centro-Oeste. Hoje, o

crescimento de Nova Serrana é um exemplo para Minas, como 3º pólo calçadista do País e o maior do nosso Estado.

Por meio de minha consciência coletiva e em defesa da categoria, idealizei e criei a CREDINOVA, cooperativa de crédito mútuo em benefício de todos os fabricantes de calçados da região. Em apenas cinco anos de existência, esse é o quinto maior Banco entre as cooperativas mineiras. Nesse exercício da liderança empresarial, despertei esta outra vocação maior, de transformação social. Por isso, investi na vida pública. Esta é a missão confiada a nós, o nosso dever social.

O Deputado José Milton (em aparte) - Deputado Paulo Cesar, não poderia deixar de trazer o meu testemunho a esta Casa e a todo o povo de Minas Gerais sobre o seu trabalho como homem público de Nova Serrana. Há muitos anos conheço essa cidade, onde fiz muitos empreendimentos, alguns até junto com V. Exa. Sei que o seu trabalho como Prefeito, liderança política, é empreendedor, em prol de Nova Serrana, cidade progressista, em que há poucos anos havia de 8 a 10 mil habitantes e, hoje, há 40 mil. Conheço o desenvolvimento e o progresso, ou seja, tudo o que V. Exa. implantou e viabilizou naquela cidade, como o desenvolvimento, o crescimento, a qualidade de vida para o povo. Certamente, toda a região de Nova Serrana e Centro-Oeste Terá, por meio de seu trabalho, melhores condições de desenvolvimento e aipo junto ao Governador do Estado e Secretarias.

Parabéns a V. Exa! Tenho orgulho e alegria em tê-lo como companheiro e par nesta Casa. Esperamos ser testemunha do seu trabalho. Que Deus lhe dê toda força e ilumine ainda mais a sua disposição e inteligência. E ainda a boa-vontade em trabalhar sempre, ou seja, 24 horas, pois V. Exa. é um trabalhador. Portanto, Nova Serrana e toda aquela região estão de parabéns por tê-lo como representante nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Paulo Cesar, gostaria de ressaltar a minha alegria e satisfação em tê-lo como companheiro de partido. Integramos pela primeira vez os trabalhos da Assembléia Legislativa. Parabéns a V. Exa. pelo trabalho que vem exercendo em prol do povo de Minas Gerais, de Nova Serrana e região. Tenho certeza de que ninguém é melhor do que V. Exa. para representar os anseios dessa população.

Como Prefeito demonstrou a sua capacidade de empreendedor, de homem público sério e competente. Tenho certeza de que vem a esta Assembléia para engrandecer o trabalho dos nobres Deputados e para lutar junto ao Governador Aécio Neves para fazer de Minas Gerais um Estado mais justo e igualitário. Parabéns e muito sucesso.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)\* - Já tive oportunidade de conhecê-lo quando era Prefeito de Nova Serrana. Queria cumprimentá-lo pela chegada à Assembléia e pela estréia na tribuna, onde apresenta a sua posição.

Gostaria de pedir licença a V. Exa., apenas por alguns segundos, para, com pesar, anunciar o falecimento de uma pessoa da nossa Minas Gerais - Sérgio Luís Bittencourt -, que dedicou sua vida à questão ambiental e que foi apresentador por mais de 30 anos na TV Bandeirantes. É com pesar que noticiamos o seu falecimento à Assembléia Legislativa, para que sejam prestadas a esse homem as homenagens desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Cesar\* - Esta oportunidade, aqui nesta tribuna, por ser a primeira e tão esperada, ganha uma conotação especial por ser a realização de um projeto antigo, acalentado há mais de 15 anos, que é o de participar e colaborar, por meio da Assembléia Legislativa, para o desenvolvimento da nossa região e da economia de toda Minas Gerais.

Muitas obras já realizei como Prefeito - obras de infra-estrutura, como o asfaltamento de milhares de quilômetros de ruas e de estradas, obras de caráter social, como a construção e reforma de escolas, hospital e postos de saúde, geração de empregos, enfim, todo um conjunto de obras que dá orgulho a quem já passou pelo Poder Executivo e saiu pela porta da frente, recompensado pelos resultados e benefícios sociais alcançados.

Como parlamentar nesta Casa, quero contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste, por meio dos setores de calçados, fogos de artifício, confecções, agropecuária e avicultura, principais economias da região. Meu compromisso é lutar pelo crescimento industrial e pela geração de empregos, elementos fundamentais para o pleno crescimento da região e de todo o Estado.

Favorecer o crescimento econômico e contribuir para a geração de empregos, por meio do incentivo à criação de empresas prestadoras de serviços, são estímulos que o setor empresarial precisa para abrir pequenas indústrias em nossos municípios, permitindo aos trabalhadores permanecerem nas suas respectivas cidades.

Sou um municipalista convicto sim, senhores e senhoras, afinal, o cidadão não vive no Estado ou na União, mas no município.

Destaco ainda a crescente politização do Centro-Oeste mineiro. Hoje essa região está fortalecida com a eleição de nove Deputados à Assembléia e à Câmara Federal.

Faço questão de citar aqui o importante trabalho e a liderança dos colegas Maria Olívia, Cecília Ferramenta, Antônio Júlio, Marcelo Gonçalves, Neider Moreira e Domingos Sávio. Juntos lutaremos pelas melhorias e benefícios em prol da região e de Minas.

Acho que o momento é este e convoco todos os nobres Deputados, empresários, Prefeitos e entidades para uma união ampla e irrestrita em favor da reconstrução de Minas e do País. Não se fazem no entanto, as reformas necessárias por meio do consenso, mas com uma maioria possível. Conclamo todos ao trabalho, ao debate e ao diálogo necessário e coloco-me à disposição do Governo de Minas, do seu coordenador político, Secretário Danilo de Castro, o qual já tivemos a honra de homenagear como cidadão honorário de Nova Serrana, quando Prefeito.

Quero agradecer ainda ao Líder do Bloco Parlamentar Social Progressista, Deputado Antônio Andrada, pela confiança e por reconhecer nossa capacidade de trabalho, indicando-me para participar de comissões importantes desta Casa.

Muito obrigado, e que Deus ilumine o nosso trabalho.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, no momento em que os valores cristãos e humanitários estão sendo subjugados pela prepotência de um governo que quer, a todo custo, provocar uma guerra entre nações, sem ao menos medir as conseqüências sociais e econômicas para o mundo e sem ouvir o apelo das populações da maioria dos países, inclusive a do seu, a virtude da tolerância volta a ser cobrada como exigência para que se cumpram os direitos humanos fundamentais.

Ser tolerante é mais que admitir que as pessoas são diferentes, que têm culturas e tradições próprias, que vêem o mundo de forma diversa. É, sobretudo, respeitar a autonomia dos povos, admitir e respeitar as diferenças culturais e entender que o mundo cresce e evolui em razão de suas próprias adversidades.

Mas a mesma tolerância que falta ao governo dos Estados Unidos, nesse insano e proposital objetivo de massacrar economicamente o Iraque e destruir o seu povo, está ausente também em nosso Estado, principalmente em relação às populações mais pobres, que sofrem na carne a discriminação e a força do poder econômico.

E os exemplos são diversos, mas, hoje, gostaríamos de ater-nos às famílias expulsas de suas terras pela construção de barragens hidrelétricas, as quais, no dia 14 de março, comemoram o Dia Internacional de Luta em favor dos direitos dessas pessoas. São mais de 80 milhões de pessoas no mundo inteiro que tiveram de abandonar suas terras, tradição e cultura, para ceder ao poder econômico, sem ao menos ter a esperança de usufruírem do conforto da energia elétrica.

Das 45 mil barragens construídas no mundo, 2/3 estão localizados em países pobres, destruindo florestas, reduzindo a biodiversidade, prejudicando a qualidade da água e agravando o efeito estufa, além de causar miséria e abandono para as inúmeras famílias atingidas.

No Brasil mais de 1 milhão de pessoas são atingidas pela construção das hidrelétricas; 3.400.000 ha de terras estão alagados; 30% da dívida externa é decorrente do setor energético, e, ainda assim, a luz elétrica não chega às residências de pelo menos 20 milhões de pessoas.

Minas Gerais, por ser um Estado que comporta riqueza hídrica imensurável, possui hoje 100 projetos de barragens em construção, quase 80 aguardando liberação ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Foram inundados mais de 260.000ha de terras, e 41 mil pessoas, expulsas de suas terras. Aqui, bem próximo à Região Metropolitana de Belo Horizonte, 19 projetos de barragens da Região do Alto Rio Doce podem expulsar em torno de 6 mil pessoas, sem nenhuma garantia de que terão os seus direitos respeitados.

Portanto, ocupamos a tribuna para expressar mais uma vez a nossa indignação e transformá-la em ação, homenageando as lideranças e as famílias que resistem à violência social, reunidas no Movimento dos Atingidos por Barragens, em Minas, com sede em Ponte Nova, ramificando-se em todo o País e no mundo.

A resistência dessas famílias e a abnegação dessas lideranças, auxiliadas por professores universitários, grupos de defesa dos direitos humanos, organizações não governamentais, a Igreja Católica e outros movimentos humanitários, deixam a descoberto essa mancha em nossa sociedade e apelam para que cessem a injustiça e o favoritismo em relação aos grandes conglomerados econômicos.

No afã de utilizar a energia das águas já não se investe em outras fontes de energia, num país e num Estado eminentemente agrícolas, com resultados de pesquisa e tecnologia disponíveis em relação às outras fontes energéticas, como a solar, a eólica, a biomassa, entre outras, pois consideram mais fácil desprezar a legislação, expulsar famílias ou até indenizá-las de acordo com os critérios estabelecidos por essas empresas, sem consultar os interessados, do que procurarem outras fontes energéticas mais baratas e com impactos social e ecológico menores.

Além do absurdo da agressão social e ao meio ambiente, é importante ressaltar que nós, consumidores desavisados de energia elétrica, ainda somos financiadores do consumo exorbitante das grandes indústrias, pois pagamos quatro vezes mais pela energia consumida do que pagam essas empresas.

Depois do golpe do Governo Fernando Henrique de exigir economia de energia elétrica nas residências e, numa lição de cidadania, sendo atendido pela sociedade, o preço da energia subiu quase 50%, sob a alegação das concessionárias de que deixaram de arrecadar R\$18.000.000,00 com o racionamento. Boa parte desses recursos ainda saiu do BNDES para garantir o lucro dessas operadoras.

Infelizmente, pela ausência de discussão séria sobre o modelo energético brasileiro, grandes empresas nacionais e estrangeiras, não só do setor energético, estão se apossando dos nossos rios, num desrespeito acintoso à Constituição Federal. E esses grupos têm nomes e nacionalidades: ALCOA, norte-americana, ALCAN, canadense, BHP Billiton, do Reino Unido, CITICORP, norte-americana, AES, norte-americana, AEP, norte-americana, Eletricidade, de Portugal, Eletricité, da França, Grupo Votorantin, Camargo Correia, Bradesco e Vale do Rio Doce, entre outras empresas brasileiras.

Portanto, quando o Movimento dos Atingidos por Barragens procura esta Casa Legislativa, como fez na última semana, apela por justiça e pelo direito à cidadania. E mais: denuncia uma realidade de espoliação e exige de nós, homens públicos, papel ativo no cumprimento das leis, mantendo sob o controle do Estado e da União as águas dos rios e dos lagos em território nacional. É esse o apelo dessas famílias, que esperam encontrar guarida nessa Assembléia Legislativa. E temos ainda uma grave denúncia, que vem demonstrar o clima de insegurança dessas famílias: na Zona da Mata, precisamente nos Municípios de Santa Cruz do Escalvado e do Rio Doce, está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Candonga, por um consórcio formado pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Alumínios Canadenses – ALCAN. Esse empreendimento atingirá 350 famílias e inundará todo o Distrito de São Sebastião do Soberbo.

As empresas, que se comprometeram com a execução de um plano de assistência social, além do assentamento das famílias em outro distrito, a ser construído, não estão cumprindo o acordo. Até hoje, há poucos meses do alagamento dessa área, ainda não deram condições dignas de moradia e de trabalho a essas famílias.

As poucas residências construídas na nova vila estão abaixo do padrão modesto de moradia, já mostrando essas novas casas rachaduras e imperfeições. Foram construídas a toque de caixa, sendo hoje a expressão do desrespeito dessas empresas para com as famílias atingidas. E o mais grave, reafirmando a denúncia feita na quinta-feira última, é que, há um mês, desapareceu misteriosamente de sua residência o Sr. João Caetano dos Santos, solteiro, de 57 anos, que resistia às propostas indecorosas das empresas e permanecia residindo em sua casa. O inquérito policial até agora nada apurou, causando estranheza na população local, que conhecia os hábitos pacatos desse cidadão.

Portanto, chegamos ao ponto culminante do desrespeito e da falta de fiscalização dos órgãos públicos. Quem sumiu no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Candonga não foi um objeto, animal ou máquina, foi um ser humano. Sumiu desde a noite de 9 de fevereiro. Houve um boletim de ocorrência totalmente tendencioso, pois o seu comportamento já era conhecido de todos. Nele consta que, à 1 hora da manhã, levantou-se e disse algo para seu companheiro de moradia, que foi colocado pelo consórcio em sua casa. Justamente naquela noite, a esposa e os filhos desse senhor, funcionário do consórcio, foram dormir na cidade. Naquela hora, segundo o depoimento do funcionário do consórcio, o Sr. João Caetano levantou-se, dizendo que estava sentindo dores, e, enrolado em uma coberta, foi pescar. Como uma pessoa passando mal teria disposição para pescar? Mas isso é o que consta no boletim policial. Além disso, teria que ter disposição para pescar em um rio totalmente detonado, dinamitado. Vemos, portanto, que o ser humano ainda é tratado com total descaso.

O caso foi relatado ao Secretário de Defesa Social, Desembargador Lúcio Urbano, que, em breve, estaremos encontrando pessoalmente, parece-me que nesta quarta-feira. Já protocolamos na Comissão de Direitos Humanos o pedido para que se realize reunião para tratar desse

assunto, que, para nós, expressa a indignação frente ao desrespeito pelos direitos humanos fundamentais.

Esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados não só para a apuração dessas denúncias e a fiscalização desses empreendimentos como também participando e nos auxiliando nas alterações, que estamos propondo, juntamente com a Deputada Maria José Hauelsen, na Lei Complementar nº 12.812, conhecida como Lei das Barragens, que garante assistência social às famílias atingidas pela construção de hidrelétricas.

Contamos com o apoio de todos para que possamos assegurar, pela lei, todos os direitos a essas famílias atingidas.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Caro companheiro, Deputado Padre João, somos solidários com o seu trabalho em prol dessas pessoas que estão sendo prejudicadas. A água, esse grande bem natural da humanidade, deveria estar sendo usada para a vida e não para destruí-la. É preciso valorizar a vida humana. Enquanto o imperialismo norte-americano destrói vidas, próximo de nós acontece essa inversão dos valores. A população tem de estar organizada para que possamos conquistar esses direitos. Firmamos o compromisso de estar também nessa luta. Obrigada.

O Deputado Padre João - Obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, venho a esta tribuna trazer, em meu nome e do PDT, o nosso sentimento de indignação com relação à Conferência de Açores, em que os três senhores da guerra decidem o ataque ao povo iraquiano. O Iraque, com todo o seu simbolismo, é reconhecido como o ponto da civilização onde o homem, pela primeira vez, utilizou a linguagem escrita. Nessa região da Mesopotâmia, entre os rios Eufrates e Tigre, o homem aprendeu a usar a escrita pictográfica para se comunicar. Às custas do desejo de conquista do petróleo, o Presidente americano decide, de modo unilateral, esse ataque ao povo iraquiano. O próprio nome do Presidente pode nos levar a entender essa ambigüidade de comportamento: George Walker Bush. Walker significa aquele que caminha, e Bush, arbusto. Talvez essa contradição de um arbusto que caminha, ou de alguém que caminha como um arbusto, possa levar a humanidade a essa insanidade de um ataque sem nenhuma outra razão senão o interesse econômico pela conquista do óleo iraquiano.

Esse sentimento, que todos vivemos, diante do ataque a um povo pela possibilidade da conquista econômica, leva-nos, Sr. Presidente, a refletir, mais uma vez, sobre a importância do verbo "tolerar". O Pe. João, na fala que nos antecedeu, expôs uma visão, no sentido cristão, da interpretação semântica da tolerância.

Quero fazer uma interpretação política. Tolerar pode admitir duas interpretações bastante práticas no dia-a-dia. Nesta Casa, exercitamos, freqüentemente, tolerar, no sentido positivo da palavra. Talvez, somente os políticos, na sociedade de hoje, tenham o sentimento quase diuturno do convívio e da prática da tolerância. Este parlamento tem, no meu modo de entender, a maior riqueza que a democracia pode ter, qual seja a de sermos tão diferentes. Cada um de nós, ao vir para cá, traz, em sua representação, na sua pessoa, suas convicções, suas crenças e aquilo que representa a sua verdade ou a verdade de seus eleitores. Mas é exatamente a prática democrática, o saber respeitar as diferenças, que nos permite, tantas e tantas vezes, encontrar o consenso, a melhor solução para nossos problemas.

A Assembléia vive um exemplo que pode servir, até sob o ponto de vista didático, pedagógico, para que a comunidade entenda a posição do parlamento. Se alguém da imprensa vem agora e encontra um plenário vazio, usa a palavra fácil, demagógica, que tenta minimizar a importância do parlamento, para dizer simplesmente que os Deputados não estão exercitando sua ação. Esquecem-se de que, muitas vezes, propositadamente, os Deputados estão trabalhando nas comissões temáticas ou exercendo sua função de representação parlamentar. Esse é, Sr. Presidente, o apelo que faço, no sentido positivo da palavra "tolerar". Que V. Exa., que preside esta sessão e representa a Mesa Diretora, nunca permita a minimização do Poder Legislativo!

Winston Churchill ensina que a coragem cresce com a ocasião. Neste momento em que sofremos tantas críticas, a melhor maneira de mostrar a importância do parlamento é fazer, de modo pedagógico, com que a pessoa simples, muitas vezes de pés descalços, mãos calejadas, usando chapéu de palha, entenda que aqui é o Poder que sintetiza a vontade e a vez do cidadão.

Digo isso porque sabemos que as palavras vestem o pensamento. Sou de Juiz de Fora. Grandes escritores nossa terra nos deu. Lembro Murilo Mendes e Pedro Nava. Sabemos que aquele que tem o dom da escrita, a capacidade da palavra, pode conduzir seu pensamento de modo civilizado. É difícil encontrarmos escritor como Murilo Mendes, que pega uma palavra pouco utilizada por nossa comunidade e a traz para o debate; ou outro, como Pedro Nava, faz exatamente o contrário: utiliza uma palavra regional, usada por um grupo específico da comunidade, e a traz ao domínio de todos. Trata-se de uma visão literária do sentimento da globalização, e Paulo Freire ensina de maneira clara que ninguém se torna local a partir do internacional. O caminho existencial é inverso: a partir do local é que temos nossa experiência de mundializar.

Então é muito importante, Sr. Presidente, que cada um dos Deputados desta Casa possa vir a esta tribuna relatar a experiência local do exercício parlamentar, porque o tripé que fundamenta nossa atuação, o poder de legislar, fiscalizar e representar, muitas vezes, não é entendido pela nossa população e até mesmo pela classe política. Tantas e tantas vezes, não percebemos a diferença entre deputar e verear, o que é ser um Deputado, o que é ser um Vereador.

Quero, Sr. Presidente, lembrando o outro sentido da palavra "tolerância", relembrar seu significado negativo. Tolerar no sentido de se omitir, de não participar. E esse é o maior sentimento de decepção que podemos ter.

Temos hoje um Presidente eleito que reúne, como nenhum outro eleito pelo voto popular, um sentimento tão grande de esperança. Confesso que, em minha vida pública, só percebi esse movimento da sociedade brasileira em dois momentos: na época da campanha das "diretas já", em que todos tivemos grande frustração pela não-aprovação da Emenda Dante de Oliveira, mas que, em contrapartida, lançou a semente da cidadania, que, a cada eleição que disputamos, vai se mostrando mais forte, transformando-se em árvore mais frondosa.

Eu, que estou em meu quinto mandato, quero dizer aos Deputados novatos, aos jovens companheiros que estão iniciando seu primeiro mandato, que não esmoreçam com essa crítica fácil de se tentar banalizar a função do Deputado. Estou cada vez mais convencido de que o canal direto que a sociedade brasileira possui para dar vazão aos seus sentimentos é o Poder Legislativo.

Nesse sentido, relatando nossa atuação como representação parlamentar, verificamos, nesse último fim de semana, a situação das nossas estradas na região da Zona da Mata. E aqui chegando, após contato com o Deputado Gil Pereira, Presidente da Comissão de Transportes, percebi o entendimento desta Casa para buscar a realização de audiências públicas com o Ministro Anderson Adauto, egresso também do Legislativo mineiro e ex-Presidente desta Casa, a fim de que fosse priorizado o reparo da nossa malha viária, cuja situação é dramática.

Uma das principais estradas, e não estou falando de estrada acessória, exatamente aquela que liga minha cidade, Juiz de Fora, à Capital dos mineiros, a BR-040, encontra-se numa situação lastimável. Os primeiros 75km que englobam os municípios de Juiz de Fora, Ewbank da Câmara, Santos Dumont e Barbacena apresentam uma situação caótica. Nesses 75km, existem mais de 130 locais que apresentam perigo de

vida.

Lord Kelvin já nos advertia: "Se podeis medir aquilo de que falais e expressá-lo por um número, sabeis alguma coisa do assunto. Se não, vossos conhecimentos são pobres e bem pouco satisfatórios.". Os números da BR-040 são alarmantes. Podemos praticamente dizer que estamos não numa estrada da vida, mas num caminho da morte. No km 118, também há um grande número de buracos no asfalto, que, com as chuvas de verão, se tornam cada vez mais perigosos.

No km 120, há um alargamento com grande quantidade de terra na pista. São providências que não custam mais que alguns milhares de reais. Não é preciso haver grande investimento. Precisamos de decisão política para fazermos esse enfrentamento.

No km 125, encontramos uma balança para a medição da carga de caminhões, a qual não funciona. Paradoxalmente, no mesmo trecho onde está a balança que deveria fiscalizar o peso dos caminhões, encontramos uma situação da estrada altamente preocupante e perigosíssima para as pessoas que utilizam a BR-040: verdadeiras crateras no asfalto!

No km 130, nas imediações da fábrica de cimento Tupi e no trevo de Cristiano Otoni, os vendedores continuam utilizando as laterais do quebra-mola de modo perigoso, apesar de todos os pedidos para a regularização.

Finalmente, no acesso aos Municípios de Queluzito e Casa Grande, um bueiro aberto está a causar perigo a todos os motoristas que ali trafegam.

Quero insistir na necessidade de que, na audiência pública com o Ministro dos Transportes, a Assembléia de Minas colabore, de modo efetivo, para que encontremos solução barata e eficiente para a resolução da questão da manutenção de nossas estradas. Insisto na tese que venho defendendo. Temos empresas públicas municipais que podem fazer convênio com o Ministério dos Transportes e substituir, com muita eficiência, as empresas particulares que fazem a manutenção de modo terceirizado.

Temos de acabar com a idéia de que o serviço público não sabe resolver nossas questões. Tenho plena convicção de que o serviço público é mais competente, mais eficiente e mais barato que o serviço terceirizado. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/3/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando Patrícia Gonçalves de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Walter Drummond Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Sérgio Guariento Gadelha para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Regina de Souza Santos. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Capinópolis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Mato Verde. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## ERRATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, EM 11/3/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/3/2003, na pág. 21, col. 4, na 15ª linha, onde se lê:

"na Deliberação nº 2.317, de 17/12/2002", leia-se:

"na Deliberação nº 2.327, de 17/12/2002".